



A imprensa diária rio-grandina e o acervo da Biblioteca Rio-Grandense: dois ensaios

FRANCISCO DAS NEVES ALVES
RETO MONICO

156



**A imprensa diária
rio-grandina e o
acervo da Biblioteca
Rio-Grandense:
dois ensaios**



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves
Reto Monico

A imprensa diária rio-grandina e o acervo da Biblioteca Rio-Grandense: dois ensaaios



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1ª Secretária: Luciana Coutinho Gepiak
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: A imprensa diária rio-grandina e o acervo da Biblioteca Rio-Grandense: dois ensaios
- Autores: Francisco das Neves Alves e Reto Monico
- Coleção Rio-Grandense, 156
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN – 978-65-5306-143-9

CAPA: Exemplares do *Diário do Rio Grande* e do *Eco do Sul*.

SUMÁRIO

**Um estudo a partir da hemeroteca da
Biblioteca Rio-Grandense: panorama
histórico do *Diário do Rio Grande* / 11**

Francisco das Neves Alves

**A proclamação da República em Lisboa nas
páginas do *Eco do Sul* (outubro de 1910) / 65**

Reto Monico

Um estudo a partir da hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense: panorama histórico do *Diário do Rio Grande*

Francisco das Neves Alves*

A Biblioteca Rio-Grandense, desde as suas origens, em 1846, caracterizou-se por formar um acervo de valor histórico inestimável. Tal documentação cresceu de maneira praticamente imensurável, permanecendo à disposição do público e gerando múltiplas pesquisas acerca dos mais variados temas. Em meio a tão precioso acervo figura a imprensa periódica, com uma hemeroteca que envolve jornais de variadas procedências desde o exterior até representantes do

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

jornalismo de praticamente todas as unidades administrativas do Brasil imperial e republicano. Tal amplitude da abrangência tem ainda mais expressão em se tratando do contexto sul-rio-grandense e, no que tange à cidade do Rio Grande, a coleção de jornais da Biblioteca Rio-Grandense é imbatível, não havendo outra instituição congênere que apresente séries tão completas ou exemplares avulsos referentes ao periodismo rio-grandino.

Essa presença magnífica de publicações periódicas ganha ainda mais significado tendo em vista a relevância que o jornalismo angariou como fonte de pesquisa, uma vez que, durante muito tempo, a imprensa atuou como o mais fundamental meio de comunicação, passando a exercer uma influência decisiva em meio às sociedades que contaram com a sua ação. Nesse sentido, dos mais variados gêneros, filiações e tendências, os jornais se espalharam e ampliaram horizontes, em larga escala nas grandes metrópoles, mas sem deixar de marcar presença, ainda que mais tímida, nas menores comunidades. Os periódicos ganharam o gosto do público e tornaram-se os órgãos mais relevantes de comunicação e formação de opiniões.

Como arquivos do cotidiano, em sua diversidade, os jornais tornaram-se testemunhas e atores da vida nacional e internacional, trazendo em seu conteúdo uma riqueza considerável¹. Nessa linha, coube aos periódicos

¹ ALBERT, P & TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 2.

acolher a política, a literatura e qualquer manifestação relativa à palavra impressa². Ao atuarem na condição de meio de comunicação mais eficaz na difusão de informações e opiniões, a imprensa escrita teve um papel significativo na formação dos hábitos, dos gostos, das atitudes, dos desejos e, enfim da opinião pública³. Ela agia assim como um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, atuando como agente da história e permitindo captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais⁴.

No caso da cidade do Rio Grande, o jornalismo aparece como uma fonte histórica única, pelo seu caráter cotidiano e constante, ao acompanhar o devir histórico citadino desde a década de 1830 até a contemporaneidade. O estudo dos diversos periódicos rio-grandinos permite a identificação de diferentes padrões editoriais, posturas político-partidárias e modos de pronunciar-se diante dos acontecimentos, de maneira que cada um deles desenvolveu uma determinada “formação discursiva”, ou seja, em cada caso se pode “descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão” e, “entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas”, é possível definir-se “uma regularidade (uma ordem, correlações, posições,

² MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. p. 11-14.

³ BESSA, Pedro Parafita. Uma análise do conteúdo dos jornais. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: v. 149, jul. 1952. p. 23.

⁴ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988. p. 21.

funcionamentos e transformações)” do discurso. À formação discursiva são pertinentes a forma pela qual “a disposição das descrições ou das narrações está ligada às técnicas de reescrita”; o modo pelo qual “o campo da memória está ligado às formas de hierarquia e de subordinação que regem os enunciados de um texto”; e “a maneira pela qual estão ligados os modos de aproximação e de desenvolvimento dos enunciados e os modos de crítica, de comentários, de interpretação de enunciados já formulados”; consistindo-se, enfim, em um “feixe de relações que constitui um sistema de formação conceitual”⁵.

Junto à imprensa rio-grandina se fizeram presentes publicações com as mais variadas formações discursivas, as quais adotaram diversos tipos de estratégias na orientação de seus pronunciamentos, em um contexto no qual o jornalismo se manifestou através de modalidades discursivas diferenciadas, de acordo com a natureza de cada jornal ou grupo de jornais. Em linhas gerais, o discurso jornalístico na cidade Rio Grande esteve de acordo com a proposição de que aos periódicos mais poderosos (ou pelo menos mais perenes e estáveis) coube “o uso das linguagens ‘sérias’, unívocas, os discursos consistentes e monolíticos”, enquanto à pequena imprensa restou “as equivocidades de todo o gênero, a piada, o trocadilho, o humor, a poesia, os discursos ambíguos e até paradoxais”⁶. Dessa maneira, as longevas publicações diárias, com diferenças

⁵ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 43 e 66.

⁶ EPSTEIN, Isaac. *Gramática do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 125.

entre si, e os periódicos pouco perenes e de circulação irregular entabularam suas construções discursivas de acordo com seus respectivos interesses editoriais e financeiros e condicionados por elementos externos às edições, mormente os ligados às condições históricas de maior ou menor cerceamento à liberdade de expressão, havendo épocas em que as publicações foram fortemente censuradas e até condenadas ao silêncio em suas manifestações⁷.

Diante disso, os jornais diários rio-grandinos estiveram ligados à perspectiva da construção de discursos sérios e unívocos. Nesse caso, em geral, as disputas políticas apareceram em suas páginas, porém, às vezes de forma mais velada e implícita, e, quando mais abertas, foram limitadas no cronológico, respondendo a uma dada circunstância política momentânea, ou ainda foram típicas de determinadas fases pelas quais cada periódico viesse a passar. Ocorria, assim, uma tendência dessas folhas a buscarem um certo equilíbrio entre as suas manifestações de cunho partidário e os seus interesses comerciais e de sustentação financeira, tendo em vista a necessidade da manutenção da venda das assinaturas e da publicação de

⁷ O silêncio constituiu uma estratégia discursiva, muitas vezes a única viável, adotada até pelos jornais mais combativos, notadamente nos períodos de maior controle e perseguição às atividades jornalísticas. Dessa forma, mesmo o silêncio traduz uma significância discursiva, refletindo uma reação à determinada circunstância histórica. Sobre este aspecto, observar: ORLANDI, Eni P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 2.ed., Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 70-94.

material publicitário⁸. Desse modo, além do controle legal, as folhas diárias chegavam, muitas vezes, a impor a si mesmas verdadeira autocensura, com base na disciplina, a qual não deixa de ser “um princípio de controle da produção do discurso”, que “lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras”⁹, de acordo com as contingências históricas reinantes.

A univocidade discursiva, concernente às publicações diárias rio-grandinas, caracterizadas por uma circulação regular e perene ao longo de várias décadas, deveu-se fundamentalmente à constante busca, de cada um dos periódicos, pelo equilíbrio entre a expressão mais evidente de suas convicções político-partidárias e seus interesses comerciais e financeiros de sustentação. Apesar de cada um dos jornais ter uma filiação ou simpatia partidária bem definida, havia “o

⁸ DUVERGER, Maurice. *Ciência política: teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 86.; MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993. p. 33. p. 35; e ORLANDI, Eni P. et alii. *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 73. Segundo Gramsci, na elaboração de um jornal devem ser levados em conta os “elementos ideológicos” e os “econômicos”, de modo que “é necessário - quando se constrói um plano editorial - manter a distinção entre os dois aspectos, a fim de que os cálculos sejam realistas”. GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 163.

⁹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 36.

problema fundamental de assegurar uma venda estável” e da “possibilidade de construir um plano comercial”. Mesmo que as motivações político-ideológicas se constituíssem em elemento de significativa importância, elas não podem ser consideradas de modo isolado, pois “só em condições excepcionais, em determinados períodos de *boom* da opinião pública”, poderia ocorrer “que uma opinião tivesse sorte independente da forma exterior na qual fosse apresentada”, uma vez que “o modo de apresentação tinha grande importância para a estabilidade do negócio”¹⁰. Assim, os pronunciamentos político-partidários de tais jornais rio-grandinos tornavam-se mais intensos e abertos em períodos determinados e cronologicamente bem definidos, marcadamente nos momentos de maior atividade partidária, caso das inversões governamentais e dos períodos eleitorais, já que, o voto consistia-se no “ato conclusivo de uma disputa contínua, feita publicamente, entre argumentos e contra-argumentos”¹¹.

De acordo com tal perspectiva, os diários rio-grandinos intentaram constantemente incluir-se no seleto grupo dos praticantes de uma imprensa que se dizia séria, com uma manifesta intenção de distingui-los da pequena imprensa. Cada qual com sua identidade partidária, desenvolveu uma diferente estratégia discursiva e organizou um plano editorial que lhes permitisse encontrar seu espaço no conjunto da imprensa rio-grandina. A publicação que melhor conseguiu garantir o equilíbrio entre seus interesses de

¹⁰ GRAMSCI, 1995. p. 179.

¹¹ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 248.

sustentação e a expressão de suas convicções políticas foi o *Diário do Rio Grande*, que adotou a conduta de apresentar-se como uma folha essencialmente informativa, dando primazia ao seu caráter noticioso, ainda que tivesse se identificado político-partidariamente, em fases distintas, com as duas agremiações partidárias imperiais.

O jornal *Diário do Rio Grande*, criado em 1848, constituiu uma das mais significativas publicações da Província/Estado sul-rio-grandense, aparecendo como uma das primeiras folhas gaúchas de periodicidade diária que conseguiu garantir uma circulação regular por um longo período de sobrevivência. Sua longevidade chegou a permitir que proclamasse a si mesmo como o decano da imprensa do Rio Grande, tendo circulado até o ano de 1910. Durante a sua existência, o *Diário* esteve ao lado das duas agremiações partidárias que predominaram na vida política do Brasil Imperial, defendendo as ideias conservadoras desde a sua criação até 1877 e atuando em prol do Partido Liberal entre 1878 e 1889, quando, com o advento da República, após um período de indefinição editorial, começou a sofrer com o processo que levaria ao encerramento de sua publicação.

Mesmo com vínculos partidários, a construção discursiva do diário rio-grandino buscou legitimar-se a partir de uma suposta orientação apolítica, de modo que as manifestações de cunho político-partidário só ganhavam suas páginas com maior vigor em períodos bem demarcados, notadamente aqueles ligados às

inversões partidárias ou nos momentos de campanha eleitoral, após os quais a folha retornava ao seu papel de periódico essencialmente noticiador, preocupando-se com seus interesses comerciais. Nesse sentido, o *Diário* buscou demonstrar que era uma publicação que representava a imprensa “séria”, acima de tudo interessada no bem-estar da população, em nível local, regional e nacional, e que pairava sobre as disputas e paixões políticas, mais interessada em prestar um serviço, informando (e formando) a opinião pública, através de uma pretendida primazia da notícia¹².

O *Diário do Rio Grande* foi fundado a 16 de outubro de 1848¹³, por Antônio José Caetano da Silva, jornalista e político saquarema que ocupou cargos político-administrativos ligados à cidade do Rio Grande e com larga experiência nas lides jornalísticas, tendo promovido a publicação de uma série de pequenos jornais, alguns pasquins, destinados às discussões pessoais e/ou políticas do redator, e outros noticiosos, todos de efêmera sobrevivência. Com a proposta de

¹² Texto adaptado e revisado a partir de ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 157-208.

¹³ Sobre a fundação deste jornal observar: ALVES, Francisco das Neves. 1848: a cidade do Rio Grande e o surgimento do *Diário do Rio Grande*. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *A cidade do Rio Grande: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1995. p. 72-90.

circulação diária e com um nível de organização tipográfica excelente para os padrões da época, Caetano da Silva teria no *Diário do Rio Grande* o ápice de sua carreira jornalística¹⁴.

O diário rio-grandino apresentou, na primeira edição, o seu programa sob o título de “Prospecto” e nele destacou que a importância adquirida pela cidade do Rio Grande e pela Província como um todo exigia a existência de um jornal que melhor as representasse. Explicou também, suas intenções de agir em defesa das atividades econômicas provinciais, dizendo que “uma das primeiras Províncias do Império, em ilustração,

¹⁴ Antônio José Caetano da Silva nasceu no Rio Grande a 12 de dezembro de 1817 e faleceu no Rio de Janeiro a 29 de maio de 1865. Entre as décadas de quarenta e cinquenta desenvolveu agitada carreira jornalística na sua cidade natal; redigiu o *Rio-Grandense* desde a sua fundação, em 1845, e depois, consecutivamente, a *Revista Imparcial*, o *Correio de Anúncios*, a *Nova Época*, o *Mentiroso*, o *Noticiador* e a *Guarda Avançada*, todos pequenos periódicos de curta duração, até fundar o *Diário do Rio Grande*. Foi primeiro escriturário e administrador interino da Mesa de Rendas Provinciais no Rio Grande e teve papel saliente na política local, sendo eleito e várias vezes reeleito para a Assembleia Legislativa Provincial, pelo Partido Conservador. Em 1853, retirou-se para o Rio de Janeiro, onde ainda conseguiria sua nomeação para amanuense e depois segundo escriturário da Alfândega. Foi ainda sucessivamente nomeado inspetor da Alfândega de Paranaguá e Uruguaiana, esta última comissão a partir de janeiro de 1859. Terminada tal incumbência, voltou para a Corte, onde faleceu de febre tifoide. Dados obtidos a partir de: BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986. p. 134.

indústria, comércio e riqueza, o Rio Grande sofria” com “a falta de uma folha que fosse na imprensa a representante, senão dessa mesma ilustração e riqueza, ao menos dos altos interesses da sua indústria e comércio”. Explicitava que tal “falta” seria preenchida pelo “*Diário*, cujas colunas se consagram à defesa da causa, tão injustamente desvalida, dos mais poderosos elementos da nossa prosperidade e grandeza - o comércio e a indústria”. Nessa linha, declarava que seria “franco em apontar e combater os entraves que se opuserem ao desenvolvimento de uma e de outro”, permanecendo “sem consideração alguma a quaisquer conveniências particulares”, mostrando-se “inflexível no desempenho do nosso mandato” (16 out. 1848).

Buscando diferenciar-se das práticas jornalísticas então em voga, com um forte predomínio da pasquinagem - caminho trilhado inclusive pelo próprio Caetano da Silva, em outros periódicos, - o *Diário do Rio Grande* intentava, desde o início, colocar-se como representante da imprensa “séria”, afirmando ainda em seu “Prospecto” que de suas colunas seriam “banidas as mesquinhas questões pessoais”, adotando por lemas de conduta as frases: “que os princípios são tudo, os homens, pouco”; e “tudo entra em nosso plano, menos o homem dentro do seu lar doméstico” (16 out. 1848).

Com referência à política, a folha diária argumentava que aceitaria múltiplas visões, mas destacava a necessidade da “ordem”, lembrando o discurso dos conservadores, grupo ao qual estava vinculado o seu fundador. Assim, também na sua primeira edição, o periódico rio-grandino garantia que mesmo respeitando “todas as opiniões”, pugnaria “constantemente pelo triunfo e propagação das ideias de

ordem”, a qual “simbolizava a bandeira” debaixo da qual o jornal militaria (16 out. 1848).

Nessa linha, os pronunciamentos político-partidários do *Diário do Rio Grande*, durante seus primeiros meses de circulação, foram demarcados pelo contexto político brasileiro de 1848, caracterizado pela ascensão dos conservadores ao poder. Para o jornal a nova situação estava completamente legitimada, tendo sido atingida pelas mais lícitas vias, uma vez que “o partido saquarema, que por quase cinco anos gemera sob o domínio da mais bárbara opressão”, obteve “o triunfo legítimo, porque pelejara constantemente neste longo período, já pela imprensa, já pela tribuna”, únicos campos “de combate que esse partido reconhecia para conquista do poder” (19 out. 1848).

O jornal intentava construir uma visão profundamente negativa dos liberais apeados do governo, qualificando a fase anterior como um “longo e opressivo reinado que acabrunhou o Brasil” (21 out. 1848). Transposto o momento mais delicado da mudança partidária, a intensidade do discurso político-partidário do *Diário do Rio Grande* passaria por uma suavização, tendo em vista o privilégio aos interesses comerciais do jornal, preocupação ausente nos demais empreendimentos jornalísticos do fundador Caetano da Silva e fator da curta duração dos mesmos. Dessa maneira, desde os primeiros tempos, o diário rio-grandino intentava manter um certo equilíbrio entre seus objetivos comerciais e a aberta exposição de suas convicções políticas.

Já em 1854, o *Diário do Rio Grande* passou à propriedade de Antônio Estevam de Bitancourt e Silva¹⁵, época em que foram renovados os objetivos editoriais do jornal que se dizia destinado a satisfazer as “multiplicadas exigências do bom gosto e mesmo do luxo” das “civilizadas e opulentas” cidades da zona sul da Província, visando ao progresso e os melhoramentos da mesma e do país como um todo. Politicamente, o periódico propalava que ingressaria em um caminho apertadário, deixando, inclusive, de exibir o dístico de “folha comercial e política” e argumentando que seus únicos interesses passavam a ser comerciais e noticiosos. De acordo com tal perspectiva, dizia que, como “essencialmente comercial e noticioso, o *Diário* não distingue parcialidades políticas”, de modo que “todas as opiniões terão aceitação em suas colunas, contanto que a linguagem esteja em relação com o programa que preside à redação da folha” (1º out. 1854).

O discurso político-partidário do periódico rio-grandino, mesmo que em escala bem menor que à época de sua fundação, não deixou, no entanto, de existir, manifestando-se, de forma mais comedida, ao longo da década de cinquenta, notadamente ao final dela. Tal abrandamento do discurso político deveu-se também à fase de indefinição política que marcava o contexto

¹⁵ Antônio Estevam de Bitancourt e Silva era militar e proprietário fundiário rio-grandino, sobrinho de Antônio José Caetano da Silva. Seguindo os passos do tio, militou por diversos anos junto ao Partido Conservador, mudando, porém, ao final dos anos setenta, sua filiação partidária, mutação essa que também viria a interferir na postura política do jornal de sua propriedade.

regional, bem como à política de conciliação que caracterizava o quadro partidário nacional. Ainda assim, na virada dos anos cinquenta para os sessenta, o *Diário do Rio Grande* manteve-se sustentando a causa conservadora.

Ao completar doze anos, o *Diário do Rio Grande* enaltecia seu próprio feito, por ter conseguido atingir aquele período de sobrevivência, fato nada comum aos jornais de então e mais uma vez fazia sua declaração de intenções direcionadas à primazia da notícia, adentrando aos caminhos da política somente quando as “circunstâncias” o levassem a tanto¹⁶. Mesmo desse

¹⁶ Traduzindo a constante busca pelo equilíbrio entre os interesses comerciais e a exposição das convicções políticas, o jornal afirmava: “Doze anos deslizaram-se desde aquele em que o *Diário do Rio Grande* encetou a sua carreira”. Nos quais teria buscado “o cumprimento das promessas feitas ao público, a escolha de matérias de interesse, a atividade na transmissão das notícias de maior e menor vulto, o esmero em todos os ramos de um bom desempenho tipográfico, os conselhos dos inteligentes e, enfim, os manifestos esforços para satisfazer os desejos de um povo que, querendo e precisando ler, não quer, contudo, que abusem da sua boa fé ou que o engane. Confessa o *Diário* que até o ano findo não foi aquilo que ele ardentemente desejava, aquilo que ele ainda espera vir a ser. Sim. Foi mister consumir muito tempo em fazer frente à influência perniciosa de uma série de circunstâncias desfavoráveis que as rivalidades lhe opunham, plantando espinhos no caminho por onde tinha ele de passar e a cada passo procurando distraí-lo. O *Diário* vai, porém, ocupar-se agora, com dobrado esforço do seu conveniente desenvolvimento, e procurando elevar-se ao maior grau de perfeição há de, sem dúvida, satisfazer cada vez mais os desejos dos seus numerosos leitores” (1º jan. 1860).

modo, o jornal mantinha suas convicções partidárias vinculadas ao ideário dos conservadores, considerados como a representação da “massa da nação nas câmaras, no governo e ao redor do Trono”, estando “realmente dedicados ao país, cuja glória e prosperidade era seu maior anelo” e compreendendo indivíduos que buscavam “o progresso feito com placidez de espírito e segurança” e cujas ideias de reformas não se consistiam em “passos arriscados” e sim em medidas tomadas a partir de “um maduro exame de suas bases”, das “possibilidades do país”, estudando-as “a fundo, para conhecer se poderiam ou não serem dadas com toda segurança” (22 jul. 1860).

A década de sessenta, em sua maior parte, foi marcada por uma fase de silêncio político nas linhas do *Diário do Rio Grande*, característica que se deveu a certa descrença para com a política, manifestada pelo periódico ao afirmar que não se poderia “nutrir uma verdadeira crença política onde o ignóbil individualismo substituía as grandes ideias, os homens e as coisas” (23 maio 1863). Além disso, a Guerra do Paraguai também contribuiria para essa etapa apolítica, uma vez que o grande interesse público estava voltado para as notícias sobre o evento bélico. O avanço comercial, representado pelo crescente número de anúncios, era também significativo para que a folha tivesse maior cuidado ao lidar com os assuntos de natureza político-partidária.

Além de tais fatores, em janeiro de 1866, Antônio Estevam de Bitancourt e Silva, mesmo permanecendo como um dos proprietários, afastava-se da redação do jornal, por motivos de doença, e associava-se a Henrique Bernardino Marques Canarim, bacharel em direito e delegado de polícia do Rio Grande, que assumiria a

partir de então o papel de diretor da redação do diário rio-grandino. O novo redator renovava os intentos originais do periódico, voltados aos interesses econômicos locais, provinciais e nacionais. Já, quanto à política, garantia que não patrocinaria “a causa de nenhuma das parcialidades em que se dividia a Província”, pretendendo “manter-se acima de interesses que nem sempre eram os da causa pública”, podendo, assim, “discutir estes com o civismo e o patriotismo que deviam guiar todo o órgão da opinião pública” e não como “órgão odiento e apaixonado de parcialidades políticas” (1º-3 jan. 1866).

No ano seguinte, o *Diário* reforçava as afirmações de, naquele momento, estar sustentando uma postura apartidária, afirmando que “não é órgão de um partido político na Província, nem aos homens, por mais elevados que sejam, move guerra para satisfazer as paixões e rancores”, nos quais “a atualidade se seve com prazer”. Demarcava ainda que, “se prestava “culto às suas amizades, não tem, contudo, contas políticas que ajustar, nem cálculos a realizar com miras de um futuro mais próspero” vinculado “ao domínio exclusivo desta ou daquela parcialidade” (14 abr. 1867).

Apesar dessa anunciada posição, a inversão política de 1868 e a retomada do poder pelos conservadores, levaria o *Diário do Rio Grande* a uma nova incursão nas discussões de cunho político-partidário, com uma maior intensidade no final daquele ano e durante o seguinte. Mesmo discutindo abertamente a nova situação política, o periódico rio-grandino continuava por afirmar que “nunca fora órgão das parcialidades que se debatiam na Província”, permanecendo, porém, ao lado daqueles que

considerava como defensores da Constituição e da Monarquia (12 nov. 1868), e buscando manter uma conduta alicerçada no respeito aos possíveis adversários¹⁷, concernente com seu caráter de folha “séria”. Nessa época, o *Diário* fez campanha aberta por candidatos conservadores. Até o final dos anos setenta, tendo em vista a manutenção dos conservadores no poder, amenizou-se o discurso político-partidário da folha rio-grandina, que apresentaria certa recrudescência, durante períodos pouco prolongados, à época das campanhas eleitorais.

Em 1873, era desfeita a sociedade com Henrique Bernardino Marques Canarim, e a direção e redação do *Diário* foi reassumida por Antônio Estevam de Bitancourt e Silva que intentou reafirmar a identidade do periódico com o pensamento conservador. Nessa linha, o jornal afirmava que mesmo não sendo “folha política”, mantinha seus princípios, uma vez que aderira “à causa conservadora desde seu primeiro número, em 1848, época em que militavam saquaremas e luzias” (11 set. 1873). Mesmo com a proposta de “se dedicar às questões que envolviam única e exclusivamente o interesse público, sendo ao mesmo tempo o mais noticioso possível”, para que os leitores conhecessem o que acontecia “por toda a parte”, o diário rio-grandino

¹⁷ Sobre a disputa político-partidária através da imprensa, o jornal afirmava: “Repelimos esses insultos, por amor do respeito que nos inspiram as instituições do nosso país; e porque não lançamos mão de tão grosseiro meio para ferir aos nossos adversários. Por demais, temos provado que é esse o nosso sistema. Respeitar para merecer igual respeito” (21 nov. 1868).

garantia sua filiação ao Partido Conservador, “advogando sempre os princípios com a moderação própria de quem tinha a convicção de que se dedicava à causa mais risonha e mais cheia de futuro para o país” (1º jan. 1874).

Apesar de manter-se como “representante da ideia conservadora”, o jornal propunha-se a trilhar o “caminho seguro” da “doutrina” e da “tradição”, não discutindo as “polêmicas partidárias”, ou “reproduzindo argumentos”, e sim “noticiando as questões” que envolviam a política, afirmando estar certo de que o público não veria naquela “moderação a prova de querer-se fugir a uma luta”, uma vez que eram os próprios “leitores que nem sempre queriam dedicar a atenção às lutas inglórias e improfícuas da imprensa partidária” (25 jan. 1874). Para o *Diário* as folhas doutrinárias poderiam esclarecer o público através de enfoques e linhas editoriais diferenciadas, defendendo que, “se as teses políticas são as mesmas, se pelo mesmo molde encaram a marcha dos negócios do país e suas necessidades”, a partir de “uma necessária e forçada consequência de doutrina”, teria, “contudo, cada uma, sua ação própria, especial e por prismas diferentes podem olhar, apreciar mil incidentes, quer de caráter público, quer individual” (6 mar. 1874).

Em meados de 1874, Francisco Maurício Gonçalves, ligado às lides da imprensa há mais de vinte anos, inclusive como funcionário do *Diário do Rio Grande*, associava-se a Antônio Estevam de Bitancourt e Silva na administração e redação da publicação, propondo-se a um afastamento das disputas partidárias. De acordo com essa proposta, foi promovida, cada vez com maior intensidade, uma suavização do discurso político-

partidário do jornal, que, já no ano seguinte, propunha-se a analisar a política de forma “imparcial” e “conscienciosa”, inspirando-se “pela crítica justa e severa” (6 mar. 1875).

Mais tarde, em janeiro de 1876, Francisco Maurício Gonçalves arrendou o *Diário*, permanecendo então como o único responsável pelo jornal. Mantendo sua proposta de abster-se “na luta dos partidos políticos, sendo apenas órgão dos interesses gerais”, a folha garantia, porém, que não ficaria fechada às discussões políticas para o que, no entanto, seria “aberta uma rubrica especial”, a parte das matérias editoriais do periódico que, a partir de então mergulhou em nova fase de silêncio quanto aos assuntos político-partidários, em um período que se estendeu de 1876 a 1877.

O diário rio-grandino revelava certa desilusão para com a política, demonstrando não dar maior importância a qual fosse a facção que estivesse no poder. Para tanto, argumentava que “não têm entre nós organização regular os partidos políticos”, pois “as queixas da oposição, liberal ou conservadora, são sempre as mesmas, acham mau tudo quanto faz o governo, ainda mesmo quando este, levado pela força das coisas”, pretendia “fazer realizar ou conseguir fins com a execução prática das medidas lembradas outrora pela própria oposição”. Chamava ainda atenção para o fato de que “não se perdoa coisa alguma, em muitas ocasiões chega-se até a negar os meios regulares de governo, vai-se ao último excesso”. Demarcava ainda que, por outro lado, “o partido que apoia o governo cai nos mesmos excessos, louva o ato mais fútil e pueril e o iguala a medidas muitas vezes de grande alcance para o futuro do país”, aplaudindo “hoje o que censurava

ontem, acha que mais perfeito não pode ser o gabinete saído do seu seio.” (13 ago. 1876)

Confirmando sua postura de “pronunciar-se sem cor política” (26-27 nov. 1877), o jornal afirmou que não era mais uma folha ligada ao Partido Conservador¹⁸. Ao final de 1877, desfeito o arrendamento, a responsabilidade do *Diário* voltava exclusivamente para Antônio Estevam de Bitancourt e Silva, a proposta de uma postura apolítica, porém, persistiu, afirmando-se naquela data que o periódico não seria “folha política e, na qualidade de folha neutra”, saberia “fazer-se agradar pela severa imparcialidade que prometia manter nas suas apreciações e na luta dos partidos” (1º dez. 1877).

Os pronunciamentos do jornal continuaram marcados pela decepção para com a política, não importando qual o partido situacionista ou oposicionista, apontando a política como “um caos, sem princípio moral de ordem alguma – um labirinto, cuja entrada e saída não se via” e “um capricho como todos os caprichos, ora mutável, ora pertinaz por extremo”.

¹⁸ Referindo-se tanto a Antônio Estevam de Bitancourt e Silva, quanto a Francisco Maurício Gonçalves, o *Diário do Rio Grande* explicava o afastamento daqueles do Partido Conservador: “Mas os desgostos que teve (Bitancourt e Silva) nestes últimos tempos, vendo o caminho tortuoso que tomara a administração pública nesta Província levaram-no a abster seu jornal de mais apoiar esta política, e o fez retirando-se, quando talvez lhe sobejavam motivos para até renegar esses princípios. O arrendatário do *Diário* (Maurício Gonçalves), cidadão fora das lutas ativas da política, entendeu não prestar apoio a nenhum dos partidos, ficando-lhe o direito salvo de observar a marcha deles e apreciá-la como for justo” (27 ago. 1876).

Manifestava também que não desejava interpor-se “sobre qual dos dois atuais partidos deveria ser chamado” ao poder. A folha declarava-se fatigada “com grandes programas e altiloquentes palavras”, afirmando que se tornavam necessários “mais moralidade” e “um governo forte, econômico e sério”, fossem quais fossem os homens ou partidos (15 dez. 1877). A fragmentação política do Partido Conservador, bem como o crescimento dos liberais, a desilusão para com a política da situação conservadora, e o caráter de folha apolítica manifesto pelo *Diário do Rio Grande* consistiam indícios os quais anunciavam que o caminho estava aberto para a virada política que o jornal promoveria em direção à seara liberal.

Os elementos constitutivos do discurso do *Diário do Rio Grande* expressos ao final da década de setenta já demarcavam os primeiros passos para a transformação que o jornal promoveria em sua postura político-partidária a partir de 1878. A decepção com a evolução política caracterizada, notadamente no contexto regional, pelas cisões dentre os conservadores e um incontestável avanço liberal, levou o periódico a buscar manifestar-se, primeiro como “doutrinário”, suavizando as críticas aos liberais e, posteriormente, sem filiações partidárias, reinando um silêncio político em seus pronunciamentos, preparando assim o caminho para o futuro apoio ao Partido Liberal.

A virada liberal do *Diário* acompanhou a mudança de orientação partidária de seu responsável, Antônio Estevam de Bitancourt e Silva, que passaria a

militar na agremiação liberal, chegando a candidatar-se a cargos eletivos por esse partido. Além disso, o jornal começou a receber forte influência de Zacarias de Salcedo, promotor da causa liberal, primeiro como correspondente, e depois como um dos responsáveis pela edição da folha. A estratégia discursiva adotada pela folha diária diante do novo vínculo partidário, foi a de encarar a mudança como algo natural, evitando chamar a atenção para o fato, sem pronunciar-se sobre o mesmo, não entabulando justificativas e nem sequer respondendo às provocações dos demais representantes da imprensa.

De acordo com a nova ligação, o diário rio-grandino aplaudiu a inversão política de 1878, com a ascensão dos liberais. Ao lado da mudança de posição do *Diário do Rio Grande*, desenvolveu-se uma reversão na construção do conflito discursivo, no qual os antigos inimigos, os liberais, passaram a receber o tratamento de aliados, ao passo que os conservadores passavam a ser tratados como os inimigos de antes. Nesse sentido, considerava que os novos detentores do poder salvariam o país dos males provocados durante o período de domínio dos conservadores

Em 1879, Zacarias de Salcedo¹⁹ associou-se a Antônio Estevam de Bitancourt e Silva na direção do

¹⁹ Zacarias de Salcedo, antigo jornalista rio-grandino, começou como compositor nas oficinas da *Tribuna*, traduziu romances e passou a atuar como tipógrafo do *Artista*, chegando a redator do mesmo. Sempre ligado à política liberal, chegou a eleger-se deputado provincial. Em nível local, regional e nacional, ocupou posições de destaque em diretórios do Partido Liberal. Além de sua atuação nas folhas

Diário do Rio Grande, efetivando de forma oficial uma influência que já se dava na prática. Naquela data, a título de “Parêntese Editorial”, o jornal anunciava, agora aberta e diretamente, sua filiação partidária, proclamando a si mesmo como “folha política, comercial e noticiosa” que também se dedicaria “ao movimento político do Brasil, mantendo a bandeira liberal e promovendo o triunfo das ideias que lhe eram adstritas” (20 maio 1879). De acordo com essa convicção, o periódico rio-grandino, historiava a evolução dos liberais, desde 1868 e justificando-se pelo avanço do ideário do partido naqueles “dez anos de luta”, afirmava que o “Partido Liberal não estava com o governo” e sim na oposição, e, “com essa oposição e com o Partido Liberal rio-grandense estava o *Diário do Rio Grande* (16 jul. 1879).

Passado praticamente um ano, em junho de 1880, Antônio Estevam de Bitancourt e Silva desligava-se definitivamente do *Diário*, vendendo a parte que ainda lhe pertencia, tanto da empresa tipográfica quanto do jornal, a Zacarias de Salcedo, este, por sua vez, logo teve de deslocar-se do Rio Grande para o Rio de Janeiro, ficando o jornal ao encargo dos funcionários, notadamente de Silvino Vidal e Manoel José de

rio-grandinas, também escreveu para periódicos da Corte. Já ao final do século XIX, atuou no mercado financeiro, na cidade do Rio de Janeiro, onde presidiu o Banco de Crédito Público e a Companhia de Economia Pública, foi ainda membro do conselho fiscal da Companhia de Mineração do Município de Tiradentes. Faleceu em abril de 1891. Informações publicadas pelo próprio *Diário do Rio Grande*, nas edições de 23 set. 1890 e 21 abr. 1891, e pelo *Eco do Sul* de 21 abr. 1891.

Andrade, que viria a ser o proprietário do periódico. Entre 1880 e 1884, a folha rio-grandina vivia uma nova etapa que passou de uma suavização a um silenciar do discurso político-partidário, tendo em vista a ausência de Zacarias de Salcedo, ao que seus subalternos optaram por um abrandamento das discussões políticas. A própria estabilização do Partido Liberal no poder e a busca do equilíbrio entre os interesses comerciais e as manifestações de cunho partidário, traduzida pelo apogeu a que chegou o número de anúncios publicados foram também justificativas para a postura.

Nesse sentido, o diário rio-grandino voltou a empunhar a bandeira da imprensa “doutrinária” e “séria”, que pairava sobre as paixões pessoais. Para o jornal, a imprensa consistia um “elemento de tal forma fecundo, que por si bastava para transformar as instituições, extinguir os velhos sofismas da autoridade, fazendo “germinar nos espíritos as noções” que levaram a realizar a “evolução natural” dos povos. Dessa maneira considerava que não deveria “fazer da doutrina política o libelo pessoal, da crítica aos atos governativos a apologia simoníaca ou a difamação sistemática” (6 jul. 1881). Nessa perspectiva, a folha entendia a função da imprensa como doutrinária, com base em uma determinada causa e no bem comum, uma vez que considerava a política não como “um jogo de paixões e de ódios individuais”, e sim como um elemento de “muito mais elevado papel na vida dos povos”, de modo que “alimentar uma crença política”, seria “uma questão de patriotismo”, no qual “o grande sentimento da dignidade nacional excluiria certamente o interesse egoístico das individualidades” (27 out. 1881).

Nessa fase do periódico, o silêncio político só era quebrado de modo esporádico e momentâneo à época das campanhas eleitorais. Apesar da manutenção da postura pró-liberal, nessa etapa de silêncio político-partidário, o jornal buscava manter sua posição de imprensa “séria”, distinguindo “a imprensa moralizadora, justa e baluarte da liberdade, da verdade e dos direitos humanos”, daquelas “imprensas que mercadejavam com a verdade, que especulavam com a honra e punham em leilão a justiça”. Diante disso, afirmava ter esperanças na eliminação dos representantes do segundo caso que significariam “a prostituição dos mais enobrecidos e gloriosos deveres” e “a mais miserável manifestação da vileza e do rebaixamento moral do espírito perante a luz” (22 maio 1883). De acordo com o periódico, a imprensa estava “destinada a aperfeiçoar a inteligência e os costumes”, de forma que “deixá-la entregue às paixões individuais, que facilmente se inflamavam e produziam explosão” consistia em “abrir caminho à imoralidade, à rebelião das ideias e à anarquia social” (19 jul. 1883).

Tal postura, em muitos momentos apolítica, derivava-se em grande parte da atitude absentista de Zacarias de Salcedo que, estando no Rio de Janeiro, chegou a aparecer, por diversos meses, no frontispício do jornal, como redator “ausente há quatro anos”. Essa inusitada situação seria resolvida a 1^o de agosto de 1885, quando Salcedo admitiu como sócio a Manoel José de Andrade²⁰. Nessa data, aparecia um renovado programa

²⁰ Manoel José de Andrade era português de nascimento, mas veio ainda jovem para o Rio Grande do Sul, tendo residido em Pelotas, de onde nas horas de lazer enviava correspondências

para a folha, no aviso “Ao Público”, afirmando-se que a mesma passava a ser um periódico “evolucionista”, dos interesses gerais e apartidário. Nessa linha, a redação afirmava que “o *Diário do Rio Grande* será sobretudo órgão dos interesses gerais”, em um quadro pelo qual “o progresso público, em suas múltiplas e variadas manifestações e especialmente o progresso desta cidade e Província”, equivaleria ao “objetivo dos seus esforços e da sua atividade”. Era demarcado ainda que, “politicamente o *Diário* será um jornal evolucionista, não um jornal partidário”, ou seja, acompanharia “as evoluções da época, fazendo coro com as aspirações do seu tempo e concorrendo com o seu fraco concurso” para que as mesmas “sejam convertidas em realidade, sempre que da sua realização resultem para o país vantagens de qualquer ordem”, fosse “na elevação dos costumes públicos”, fosse “no melhoramento das nossas condições sociais, políticas e econômicas”. Ao final, concluía que, “com estas declarações e com a de que as questões pessoais serão banidas das colunas editoriais da folha” ficava “definida a posição que desde hoje vai o *Diário do Rio Grande* assumir na imprensa da Província” (1º ago. 1885).

De acordo com tal concepção e com Manoel José de Andrade na direção mais efetiva e direta do jornal, o *Diário* restringiu-se apenas a noticiar a inversão

para o *Eco do Sul*, acabou por ser convidado para trabalhar nesse jornal, no qual chegou a ser seu redator-chefe e gerente, posteriormente, associou-se a Zacarias de Salcedo no *Diário do Rio Grande*. Informações publicadas no próprio *Diário do Rio Grande*, a 15 de abril de 1899, por ocasião da morte do jornalista no dia anterior.

partidária de 1885, com a subida dos conservadores ao poder, limitando-se a afirmar que estava, “portanto, mudada a situação política do país” (20 ago. 1885). A publicação diária argumentava que, como “jornal sem filiações partidárias”, não sentia “politicamente a queda do Partido Liberal” e nem regozijava-se “com a ascensão do Partido Conservador”, pois considerava que era “indiferente que governassem gregos ou troianos, contanto que governassem bem”, uma vez que o país necessitava era “de governos que se compenetrassem da sua missão” e se inspirassem “nos interesses públicos”, sendo também preciso, “romper com os preconceitos partidários”, se quisesse “acompanhar as evoluções da época, atendendo as aspirações do país” (21 ago. 1885).

Nessa época, o periódico buscava explicar que se mantinha “neutro na luta dos partidos”, inspirando-se “no interesse geral do bem público”, em um procedimento fundamentado “nos moldes da razão, da moral e do direito”. Diante disso, assistia estupefato “a uma polêmica desabrida e violenta, sustentada pela imprensa política dos partidos militantes”, que se transformava em “arena impura em que se digladiavam as mais vergonhosas paixões” (8 set. 1885). Na opinião do periódico, a atuação da imprensa partidária servia apenas “para a confusão dos partidos e para o mal-estar da sociedade brasileira” (11 set. 1885).

Desse modo, propunha-se a folha a executar o seu programa, apreciando “os fatos conforme os seus deveres de órgão dos interesses públicos, sem preocupações partidárias, com abstração completa de personalidades” e também “sem cogitar dos interesses políticos de quem quer que fosse”. Garantia que sua conduta não seria outra se não a que vinha sendo “desde

que entrou em sua nova fase”, visando “às conveniências gerais do país, o bem-estar e a tranquilidade da família brasileira, à oposição a tudo que tivesse por fim satisfazer vinganças pessoais e de baixa política”, de acordo “com a decência do jornal” que aspirava “a merecer a consideração social, e com a imparcialidade de que a elevação dos seus intuitos lhe assinalavam”²¹ (20 set. 1885).

A posição apolítica do diário rio-grandino – fase durante a qual se dedicou constantemente à defesa dos interesses da cidade do Rio Grande, mormente os de natureza econômica – foi interrompida nos primeiros dias de 1886 quando, com a reaproximação mais direta de Zacarias de Salcedo na orientação da folha, deu-se um recrudescimento nos pronunciamentos político-partidários tendo em vista a campanha eleitoral. Nesse período desenvolveu-se um dos momentos de pronunciamentos mais vibrantes, fugindo aos próprios padrões do *Diário do Rio Grande*, que chegou a declarar-se em “luta pela liberdade”, lançando-se em uma forte empreitada em favor dos liberais.

Diante das reações da imprensa conservadora, quanto ao renascimento partidário do *Diário do Rio*

²¹ O *Diário* deixava aberta uma possibilidade de censurar a administração conservadora, pois reservava-se o direito da crítica sobre os atos dos partidos prejudiciais ao bem público, diante do que seria “natural que o conservador lhe oferecesse mais larga série de assuntos porque era o partido do governo e, conseqüentemente, aquele sobre quem recaiam as responsabilidades da administração” (20 set. 1885). Apesar dessa ressalva, foram escassas as críticas ao Partido Conservador durante o ano de 1885.

Grande, o jornal reagia, argumentando que o seu combate às candidaturas conservadoras, tomava por base o “amor aos interesses gerais da Província” e que sua campanha não fora inspirada “por espírito partidário, e sim, por dever de justiça e gratidão para com quem trabalhou pela Província” e “especialmente pela cidade à cuja população, sem distinção de partidos”, o jornal devia “a seiva que o sustentava” (16 jan. 1886). A partir de março de 1886, terminada a campanha eleitoral e com nova ausência de Zacarias de Salcedo, o discurso político-partidário do *Diário* passava por mais uma etapa de suavização e as críticas aos conservadores tornavam-se mais escassas, mas não ausentes.

Nessa linha, o diário rio-grandino buscava garantir que mantinha sua postura de “neutralidade”, porém, com um caráter diferenciado das fases anteriores quando se declarava apolítico. Agora o jornal reservava-se o direito da crítica política em nome do bem público, ou seja, mesmo optando por certo abrandamento do discurso, deixava em aberto a possibilidade de censurar a situação conservadora. Afirmava, assim, que “o *Diário* nada tinha de comum com os partidos políticos que disputavam a posse do poder”, no entanto, “como órgão dos interesses gerais” não poderia “ser indiferente em absoluto aos atos desses mesmos partidos”, garantindo a si próprio o direito de apreciar aqueles que implicassem “com a moralidade da administração e com o prestígio das instituições”, os quais, “por seus deploráveis efeitos”

concorreriam “para agravar o já lamentável estado social” do país²² (15 jun. 1886).

Com a renovação dos questionamentos de parte das folhas conservadoras quanto à propalada “neutralidade” do *Diário do Rio Grande*, o periódico defendia-se, argumentando que a negação à sua postura de “imprensa neutra” era uma “conclusão que só poderiam tirar os que entendessem imprensa neutra” como aquela “que fazia elogios a esmo, indistintamente, que achava bons todos os atos do poder público e dignos de louvores os que o praticavam”, ou ainda aquela que se mantinha “indiferente a todas as ilegalidades, a todos os escândalos e atentados dos governantes em prejuízo dos governados”. Diante da cobrança de uma razão para que as censuras não se dirigissem também aos liberais, o jornal explicava que “os liberais não governavam, não

²² No mesmo sentido, o jornal afirmava que: “a posição que no jornalismo desta cidade assumimos, de neutralidade em presença da luta dos dois partidos que disputam o poder, não nos inibe e antes nos impõe o dever de apreciar os atos dos agentes da governação; como órgão dos interesses da sociedade, corre-nos o dever de velar pela sincera execução das leis, hoje como o faremos amanhã, não importa a cor da facção que esteja à frente da direção do Estado. Apurando os atos ilegais no cadinho da imparcialidade, a nossa franca opinião nos é indeclinável obrigação da qual nós temos desempenhado no decurso da nova fase da existência desta folha. Afigura-se que mais relevantes serviços prestamos à causa comum, abandonando a oposição, para sem os convencionais escrúpulos de partidarismo e as prevenções acanhadas de seita, sempre que nos seja solicitado pelos acontecimentos nossa opinião dá-la franca e abertamente” (19 ago. 1886).

eram eles que dirigiam o país”, diante do que as possíveis críticas não teriam procedência, se eles “nenhuma influência tinham nos atos da administração” e concluía que se fossem “partidários todos os jornais que condenavam alguns atos do governo”, então não haveria “no Brasil imprensa neutra” (31 maio 1887).

Ainda assim, entre o segundo semestre de 1887 e o final de 1888, a folha entraria em outra etapa de silêncio político, intentando empunhar, mais uma vez, a bandeira de imprensa séria. Sobre esse comportamento, afirmava que naquela época poucas pessoas entendiam “que o jornal devia ser veículo de paixões, em vez de instrumento de civilização e progresso, compêndio de boas lições, repositório de conhecimentos úteis”, devendo a imprensa “ser elemento de felicidade, de ordem e bem-estar dos povos, e não, de descrédito, de paixões ruins, de desordem, de difamação e calúnia”, pois, quem pagava por um jornal era “para que pugnassem pelos seus direitos e interesses, e não para que explorassem o escândalo”, procurando “garantir a sua existência por meio do desregramento” (15 jan. 1888).

A ascensão dos liberais ao governo, com a última inversão partidária do período imperial e a formação do derradeiro gabinete, foi recebida com alívio de parte do *Diário* que considerou o Brasil “finalmente livre” do ministério conservador, “que por forma tão desagradável para o país assinalou o seu período administrativo” (9 jun. 1889). Embora ainda buscasse sustentar a postura apartidária, a folha diária deu amplo apoio ao ministério liberal. Ainda que se declarando apolítico e justificando-se por agir em nome do bem público, o jornal fazia campanha pelas candidaturas liberais

Frente a tais circunstâncias, o *Diário* intentava explicar o seu modelo de “imprensa neutra”, demarcando que “a política para nós é o que há de menos atraente”, pois “não nos seduz nem nos preocupa”, de maneira que, “se dela não estivessem dependentes altos interesses públicos” seria “absolutamente indiferente que no próximo pleito eleitoral, ou em outro qualquer, fossem vencedores liberais, conservadores ou republicanos”. Buscava explicitar que, “justamente porque somos um jornal livre, sem ligações partidárias, julgamos do nosso dever dar o nosso fraco apoio ao governo” e “não porque ele seja liberal, mas pelo bem que está fazendo por esta grande coletividade social chamada Brasil”. Nessa linha, concluía que “a nossa neutralidade” não poderia equivaler à indiferença quanto à “sorte de um governo”, o qual estaria “promovendo, o progresso e bem-estar da Pátria” (29 ago. 1889).

Assim, nos últimos anos do período monárquico, o *Diário do Rio Grande* adotou uma postura de aproximação com os princípios liberais. No entanto a construção de seu discurso político-partidário alterou-se de acordo com a conjuntura política favorável ou desfavorável, bem como dependendo da orientação de seu responsável mais direto, variando, desse modo, de um partidarismo atuante nos momentos de agitação partidária, para uma “neutralidade” desinteressada e apolítica, e/ou ainda para uma “neutralidade” pragmática e utilitarista, de ligação mais intrínseca aos liberais, sob o argumento da defesa do bem público, posições essas profundamente vinculadas também a manutenção da sobrevivência comercial do periódico.

Ainda que, por diversas vezes, o *Diário do Rio Grande* tenha chamado a atenção para os perigos do avanço da propaganda republicana, relacionando-o com a possibilidade do derruir da Monarquia, foi, até certo ponto, com surpresa que o jornal encarou a proclamação da República, fazendo inclusive referências à existência de dúvidas quanto à real efetivação do fato e, embora não tivesse levado em conta essa incerteza, a nova forma de governo foi admitida sem maior entusiasmo e apresentada como um “fato consumado”, aplaudindo, no entanto, a maneira pacífica pela qual se desenvolveu a mudança.

O periódico manifestou-se a respeito da transição Monarquia-República, desejando também que os novos governantes orientassem suas atuações com base no patriotismo. Afirmava que “não há mais dúvidas” e estava “definitivamente constituída a República dos Estados Unidos do Brasil” e quem quisesse “duvidar que duvide”. Garantia que se submeteria “à evidência do fato consumado”, congratulando-se “em primeiro lugar, pela forma como se operou a transformação, sem a menor perturbação da ordem pública”. Defendia que aquilo “que todos devemos desejar é que o Governo Provisório, e os que lhe sucederem, pautem os seus atos pelas severas normas da justiça, da razão e do patriotismo”, e ainda “que o seu único objetivo seja promover, o mais possível a felicidade da pátria brasileira”. Dizia ainda que, “procedendo a República por esse modo, não lhe faltarão adesões”, já que “os verdadeiros patriotas não hão de preferir ao engrandecimento do seu país a preocupação das formas de governo”, ficando “antes de tudo o bem da pátria”. Diante das circunstâncias, o periódico garantia que daria

“o seu fraco mas sincero apoio à nova administração, certo de que ela como legítima representante da forma de governo que acaba de se instalar no país”, faria “por este todo o bem que puder” (19 nov. 1889).

Na concepção do diário rio-grandino, o caráter de tranquilidade que marcara a implantação da República sugeria a aceitação nacional para com a nova situação e declarava, por conseguinte, a sua aprovação à forma de governo recém- instaurada. Segundo o jornal, a “adesão manifestada com a maior espontaneidade, livremente, sem o menor vislumbre de violência” demonstrava “que a instituição recentemente extinta não era a que mais correspondia às opiniões íntimas do povo brasileiro”, permanecendo “as suas esperanças sobre o engrandecimento e futuro do país”, que “estavam sensivelmente amortecidas”. Desse modo, considerava que não haveria “como negar que a forma suave e sem protesto como se operou a rápida e inesperada transição de um para outro sistema”, apontando , “inclusive aos mais refratários em submeter-se à evidência dos fatos, que a Monarquia não tinha fortes raízes na opinião nacional” (20 nov. 1889).

Nesse sentido, a folha apressou-se em expressar sua posição favorável com relação ao governo republicano, justificando sua conduta na manutenção de sua postura de defensora do bem público. Explicava, então, que, “como órgão que sempre foi dos interesses gerais do Estado, da Província, e principalmente do meio social” em que era publicada, ficaria “ao lado do novo governo, sustentando seus atos, enquanto estes respondessem às necessidades do país, às suas aspirações de progresso e levantamento moral” e à medida em que fossem colocadas “em execução as

reformas que se faziam mister à autonomia das províncias e dos municípios e ao desenvolvimento da riqueza pública e particular” (20 nov. 1889).

Já no início de 1890, o *Diário* manifestava sua vontade de que a República representasse o fim das lutas políticas apaixonadas, desejando que fosse “o 15 de Novembro como a anistia para todas as opiniões, anistia leal e sincera” que marcasse “o início da verdadeira época de harmonia e de tolerância, sem ressaibo de ódios nem de ressentimentos e nem de prevenções”, uma vez que o país carecia “do concurso de todos os seus filhos”, não se devendo “enjeitar nenhum que, de ânimo isento de paixões inconfessáveis”, quisesse “dedicar-se a cooperar para a prosperidade nacional”, havendo “na República lugar para todos que desejassem concorrer, cada um na sua órbita de atividade” em direção ao “engrandecimento da pátria”, à “consolidação das instituições” e ao “desenvolvimento da liberdade sobre a base da ordem” (18 jan. 1890).

O periódico procurava manter sua constantemente alegada posição apolítica, confirmando “que não tinha ligações partidárias” e que “apoiava ou hostilizava os homens de governo pelos atos que praticavam e não pela ideia política que representavam” (19 jan. 1890). Nessa linha, intentava dirigir seu discurso para uma ação conagraçadora entre os militantes dos antigos partidos imperiais e os novos detentores do poder. Propunha, assim, que fossem coadunadas, no conjunto de uma “bem de uma sólida e popular fundação do regime republicano, as forças esparsas que os partidos constitucionais extintos haviam deixado inertes na sociedade”, as quais, desse modo, seriam

“aproveitadas em prol da administração e da consolidação da República” (2 mar. 1890).

A defesa deste espírito de conciliação levaria o *Diário do Rio Grande* à sua primeira discordância para com os novos governantes, tendo em vista o exclusivismo partidário que começava a se manifestar no cenário político de então, mormente no regional. De acordo com a folha, a exclusão daqueles que não fossem republicanos históricos constituía um grave erro administrativo, pois criava “dificuldades à administração pela deficiência de pessoal habilitado para o exercício de cargos públicos”, colocando o governo “na contingência de rodear-se de auxiliares nem sempre aptos para o exercício” de suas funções, sendo excluído, por motivos partidários, “pessoal suficiente em número e habilitações” para promover a administração da República (13 mar. 1890). No quadro regional, o exclusivismo partidário era, segundo o diário rio-grandino, o grave fator que começava a provocar desentendimentos políticos no Rio Grande do Sul.

Outro ponto de desencontro do *Diário* em relação ao governo republicano referiu-se à questão da liberdade de imprensa. O jornal demonstrava forte decepção para com os rumos empreendidos pelos governantes, expondo que “francamente não era isto o que se esperava do governo que proclamou a República” (6 abr. 1890). Diante do contexto coercitivo, o periódico fazia questão de reafirmar sua condição de imprensa “neutra” que, de modo equidistante, se propunha a censurar tanto os erros administrativos do governo, quanto os atos que visassem a subverter o *status quo* estabelecido a 15 de novembro de 1889, intentando, assim, contribuir “para que a reconstrução social e política brasileira se operasse

sem perturbações e sem abalos”. Argumentava que, com base no “dever de imprensa séria e independente”, condenaria “os atos da administração”, porém, impunha-se também “o dever de reprovar com energia todas as tentativas subversivas da ordem e antagônicas dos vitais interesses da nação”. E reforçava sua asseveração, confirmando que a missão da imprensa deveria ser: “censurar os erros da administração e estigmatizar, como antipatriótico e indigno de brasileiro sinceramente amigo da sua pátria, todo e qualquer plano” voltado “a prejudicar a República em sua consolidação e no seu crédito no exterior” (9 abr. 1890). A partir do segundo semestre de 1890, arrefeceram-se ainda mais as discussões políticas no *Diário*²³, comportamento que se manteve em grande parte do ano seguinte, tendo em vista o controle mais incisivo promovido pelos governos republicanos, notadamente no âmbito estadual.

A essa fase de silêncio político corresponderia também o falecimento de Zacarias de Salcedo (18 abr. 1891), permanecendo uma sociedade entre os seus herdeiros e Manoel José da Andrade até 24 de abril de 1892, quando o jornal passaria integralmente à

²³ Ao referir-se ao agravamento das dissidências entre os republicanos, o jornal mais uma vez apontava para o mal das disputas partidárias movidas pelas paixões, afirmando que as divergências iriam “degenerar em verdadeira guerra pessoal e de extermínio” (24 out. 1890). Já por ocasião dos ensejos do primeiro aniversário da nova forma de governo, a folha afirmava: “a política partidária, com as suas restrições atrofiantes, com a sua intolerância e os seus ódios, não foi ainda banida como elemento de atraso e de desânimo” (15 nov. 1890).

propriedade deste último. As manifestações de natureza política só viriam a reaparecer a partir de novembro de 1891, com a dissolução do Congresso Nacional por parte do marechal Deodoro da Fonseca e as consequentes transformações que tal ato traria à política sul-rio-grandense. O golpe de Estado promovido pelo Presidente da República serviu para que a folha expressasse sua desilusão para com os destinos dados à nova forma de governo, declarando por diversas vezes que, no período de existência da República, o país não tinha passado sequer por um pequeno avanço.

Aproveitando a data que demarcava os dois anos de existência da República, o diário rio-grandino apresentava sua visão sobre a vida política brasileira naquele período, afirmando que “todos queriam uma república democrática, vazada nos melhores moldes, visando ao engrandecimento da pátria” e “prestando culto à liberdade”, bem como “representando a lei e fazendo do seu código político a base da sua futura grandeza”. Em tom crítico, dizia que, pelo contrário, o que se via era “o chefe da nação e principal fundador da República, deturpando-a nos seus fins grandiosos, rasgando a Constituição” e vindo a proclamar-se “ditador, afrontando o país com sua vontade prepotente e por esse modo se incompatibilizando com a opinião, que há de afinal condená-lo, como o Rio Grande” já teria feito. A respeito da efeméride, considerava que não era “de festas, infelizmente, o dia de hoje” para a nova forma de governo, pois “os patriotas que aspiram vê-la grande, forte, cheia de prestígio e respeitada, em vez de festas”, estariam a fazer “votos para que com a queda da tirania ressurgja para a República uma nova época de grandioso futuro” (15 nov. 1891).

No início de 1892, o *Diário do Rio Grande* demonstrava toda a sua preocupação para com os rumos que os eventos vinham tomando, apontando para o “muito mau tempo” que corria para a República, quando “a população ordeira que trabalhava e que produzia, a população para quem a paz e a ordem” representavam “elementos de que dependiam a sua tranquilidade, o seu bem-estar e o benéfico resultado do seu labor” vivia “sob uma atmosfera de temerosíssimas apreensões, sempre receosa do dia de amanhã, sempre preocupada com os boatos que chegavam a seus ouvidos”, diante dos quais, “ infelizmente, a agitação que reinava em todo o país dava razão de ser” (23 jan. 1892).

Os desmandos político-administrativos da época do denominado Governicho, em que os castilhistas estiveram fora do poder, foram também alvo de críticas da parte do *Diário*. Mesmo com tal olhar crítico, o jornal continuava a insistir na manutenção de uma postura norteadada apenas pelos interesses gerais, lançando mão da sua já tradicional estratégia discursiva de proclamar-se como apartidário, neutro e/ou imparcial²⁴. A

²⁴ Essa insistência pode ser observada em duas declarações do periódico: “Sem ligações partidárias, o *Diário* como legítimo órgão dos interesses públicos, não tem outro programa que a defesa destes. A todos quantos dedicarem seus esforços” para o patriotismo, “dará ele todo o seu apoio. Que esses sejam republicanos históricos, nacionalistas ou federalistas, é o que pouco lhe importa. As crenças políticas que professarem ou em nome das quais agirem, são-lhe indiferentes. Não somos aderentes de partidos, somos sim, admiradores dos verdadeiros patriotas, dos que acima de todas as conveniências pessoais e partidárias colocarem as da pátria”

retomada do poder por parte do castilhismo promoveria um avanço ainda mais intenso desse espírito apolítico da folha que, mais uma vez mergulhou em uma etapa de silêncio político, não tendo conseguido sequer dar uma maior divulgação à ação do Partido Federalista o qual realizava um intento anteriormente apontado indiretamente pelo próprio jornal, reunindo, mesmo que de forma não muito estável, as diversas frentes oposicionistas do Rio Grande do Sul.

A partir de então, o periódico encerrou suas análises de conteúdo político, mas continuou apontando para a crise e o iminente movimento bélico pelo qual o Estado estava ameaçado de passar. Diante dessas circunstâncias, a folha chegou a utilizar-se da cidade do Rio Grande, como exemplo de moderação política por parte de seus administradores, apontando tal espírito moderado como a causa da estabilidade junto à comunidade rio-grandina, diferentemente do que acontecia em outras partes do Rio Grande do Sul. Argumentava assim que “colegas nossos têm assinalado a paz e relativa tranquilidade em nossa cidade, quando em outros pontos do Estado reina deplorável agitação”. Por seu turno o jornal registrava “o fato como atestado eloquentíssimo do espírito de cordura, de moderação e tolerância” de parte “dos cidadãos que exercem funções

(10 abr. 1892). Já no mês seguinte, afirmava: “Como sempre temos ponderado, o *Diário do Rio Grande*, procurando ser o mais imparcial possível na apreciação dos homens e dos fatos políticos do Rio Grande, concorrerá com todas as suas forças para a organização imediata do Estado, não fazendo questão de opiniões políticas e nem de individualidades” (25 maio 1892).

oficiais e dos que dirigem a política dominante na localidade, e em geral de toda a população". A folha aprazia-se em "reconhecer que os cidadãos a quem nos referimos estão prestando relevantíssimo serviço a esta cidade", sem que viessem a comprometer "a causa do partido de que são adeptos, antes servindo-a com mais elevados intuitos" e "pondo em evidência o seu espírito de ordem e as suas tendências eminentemente civilizadoras". Expressava ainda o desejo de que "não sobrevenham motivos que determinem e justifiquem o emprego de medidas" que viessem a alterar "a paz e tranquilidade de que todos gozamos e de que ardentemente desejáramos gozasse todo o Estado." (10 nov. 1892)

Já às portas da eclosão da Revolução Federalista, o diário rio-grandino, com aversão, noticiava as violências que então se desencadeavam pelo Rio Grande do Sul, afirmando que sendo "exageradas ou não", tais "horrorosas narrações, a sua simples publicidade já constituía um ato vergonhoso" para os rio-grandenses, dando a "tristíssima ideia" de que os mesmos eram "mais ferozes do que os mais sanguinários e bravios selvagens". Para o jornal, parecia "incrível que, em pleno fim de século XIX, e no seio de um dos mais adiantados Estados da República Brasileira", fossem praticadas "cenas do mais horrível e abjeto canibalismo", custando a acreditar "que os instintos humanos chegassem a esse grau de abjeção e de tão horripilante ferocidade", insistindo na sua ideia de que o país, "em vez de melhorar", havia "retrogradado alguns séculos" (17 jan. 1893).

Mais uma vez, o jornal oferecia a cidade do Rio Grande, como "um brilhante exemplo do quanto podia a

tolerância e moderação partidárias”, já que, “enquanto em quase todo o Estado, as paixões incandescentes de partido explodiam de modo a produzirem os resultados mais profundamente lamentáveis”, na comuna portuária “nenhum cidadão, pelo fato de pertencer ao partido contrário, sofria o menor vexame, a menor violência em sua liberdade” e “antes continuavam todos vivendo fraternalmente, sem quebra das suas respectivas opiniões políticas”. Diante disso, ponderava que se Júlio de Castilhos fizesse “o mesmo” veria “por meio de uma política generosa e de concórdia” desarmados os adversários, atraindo-os “à colaboração do engrandecimento do Rio Grande” (27 jan. 1893).

A plena liberdade que, segundo o diário rio-grandino, reinava na cidade do Rio Grande, não durou, entretanto, muito tempo, vindo a redação do *Diário do Rio Grande* a divulgar que o responsável por sua edição fora intimado a comparecer diante do Chefe de Polícia para ser notificado que deveria abster-se “de dar notícias alarmantes, sob pena de ser recolhido à cadeia” (1º fev. 1893). A folha que já tinha anunciado que não se envolveria nas lutas políticas, agora era impedida também de publicar relatos sobre os eventos que transcorriam no Rio Grande do Sul, mesmo que tais informes não fossem além da descrição dos fatos. Diante dessa restrição, o jornal se via na iminência de não poder prosseguir nem ao menos na condução de sua linha editorial básica e tradicional, alicerçada na primazia da notícia. Assim, durante o ano de 1894, o mais próximo que o *Diário* chegou a referir-se à guerra civil que se alastrava pelo território rio-grandense e de outros estados, deu-se à época da tentativa de invasão da cidade do Rio Grande pelos revoltosos da Armada

juntamente dos federalistas. Tendo sua circulação interrompida a partir de tal acontecimento, o jornal só pôde noticiar aquele assunto a 13 de abril de 1894, propondo-se a realizar apenas uma narração dos eventos sem emitir qualquer juízo de valor.

Diante dos graves acontecimentos e perseguições à imprensa, o *Diário* fazia ainda maior questão de deixar evidenciada a sua postura apartidária, além de alardear sobre suas “*induvídáveis*” convicções republicanas. Proclamava, assim, que “sem filiações partidárias, estranho inteiramente às lutas em que se digladiava a família brasileira”, era “adepto convicto das instituições vigentes, não só por entender que estas impulsionavam mais franca e rapidamente o progresso”, estando mais em “harmonia com a índole, o espírito e as tradições democráticas da América”, como por considerar que “a restauração monárquica, em vez de benefícios traria ao país uma longa série de males irreparáveis” (15 nov. 1894).

Em 1895, exultante, o jornal noticiava a paz e exortava a todos para o fim das paixões partidárias, uma vez que “sem” vencedores ou vencidos, o país deveria prosseguir no rumo da normalidade. Nessa linha, declarava que “está terminada a luta tremenda que durante cerca de três anos ensanguentou o solo abençoado do Rio Grande do Sul”, constituindo “três anos de hecatombes, de terríveis morticínios, de desolação e de luto”. Considerava que para tais fatos não se repetissem, bastava “que todos moderem as suas paixões e lembrem que superiores a estas estão os interesses sagrados da pátria e do nosso caro Rio Grande”, já que “não há sacrifícios que aquela e este não mereçam” (25 ago. 1895). Apesar do entusiasmo pela

pacificação, o periódico rio-grandino não deixou de chamar a atenção para um elemento significativo que acompanhava o final do conflito, pois, por mais que manifestasse seu desejo pelo encerramento das disputas partidárias, já fazia referências quanto às profundas sequelas que a guerra civil deixaria na vida dos sul-rio-grandenses, as quais viriam à tona no futuro.

Tais decorrências deixadas pela Revolução Rio-Grandense de 1893 também promoveriam efeitos na conduta do *Diário do Rio Grande* que, a partir de então, optou por um silêncio praticamente absoluto quanto aos assuntos de cunho político-partidário como norte da sua construção discursiva. Diferentemente do período imperial, quando a postura apolítica servia muito mais para legitimar uma linha editorial, embora o jornal possuísse suas vinculações partidárias bem delineadas, a partir dos primeiros anos da República e até praticamente o encerramento da sua sobrevivência, tendo em vista a permanência das disputas políticas e os sempre constantes riscos de perseguições à imprensa, o periódico adotou uma posição de propalada neutralidade, agora de forma mais prática e não apenas como um argumento discursivo, eximindo-se, assim, de analisar os eventos de natureza partidária e/ou política, que marcaram a conjuntura sul-rio-grandense da fase pós-revolucionária.

Nesse sentido, a folha rio-grandina passou a utilizar-se ainda mais intensamente de termos como neutralidade, imparcialidade e independência quando explicava suas intenções, fazendo ainda maior questão de ressaltar “que nada absolutamente tinha que ver com a vida íntima dos partidos políticos”, apresentando-se “como jornal inteiramente estranho às facções

partidárias” (22 jul. 1898), ou também, afirmando que, “leal ao seu longo passado de absoluta neutralidade”, não fazia “peremptoriamente política nas suas colunas” (11 jan. 1900), e colocando-se “fora de todas as parcialidades, alheio ao jogo dos assuntos pessoais”, ou seja, aqueles que falavam “às paixões subalternas e não às ideias” (17 out. 1901). Para o *Diário*, de acordo com a sua proposta de imparcialidade, o dever de todos, qualquer que fosse “a opinião política” que professasse, “presidencialista ou parlamentarista, unitarista ou federalista”, deveria ser o de “envidar todos os esforços ao seu alcance em prol da República, da sua tranquilidade e grandeza”, para que ela pudesse “corresponder aos fins de sua essência”, ou seja, “fazer do Brasil uma grande, próspera, poderosa e invejável nacionalidade” (15 nov. 1896).

Com a morte de Manoel José de Andrade, em 1899, o jornal continuou sob a propriedade de seus herdeiros até 1908. A publicação, no entanto, já estava vivendo seus dias de decadência, embora ainda fizesse algumas tentativas de modernizar-se, buscando atingir os padrões editoriais do jornalismo de então, como em março de 1907, ao tentar incluir fotografias nas suas páginas, uma experiência modesta, na seção de publicidade, e que durou pouco. O número de anúncios publicados diariamente, uma de suas principais seivas de sustentação, também caía vertiginosamente. A 30 de junho de 1908, o *Diário do Rio Grande* era vendido para Frediano Trebbi²⁵ e Boaventura Lopes e passava a ser

²⁵ Frediano Trebbi foi um ativista político que praticou um jornalismo profundamente engajado contra o sistema oligárquico da República Velha. Atuou em diversos jornais

publicado sob o dístico de “órgão popular e independente”. Nesse momento, o periódico garantia que procuraria manter “a sua característica de imparcialidade, sempre correto nos seus atos de órgão popular, intransigente com o progresso e interesses locais” (16 out. 1908).

A postura apolítica foi mantida até 1910, quando o periódico aderiu à Campanha Civilista de Rui Barbosa. A adesão praticamente incondicional a um dos lados do embate político persistiu mesmo depois da vitória de Hermes da Fonseca e custaria caro ao jornal que chegou a denunciar em suas páginas as ameaças de empastelamento que estaria sofrendo de parte dos “situacionistas” (5 mar. 1910) e acusou a “absoluta falta de garantias” pela qual estaria passando (10 mar. 1910). Ainda assim, a folha manteve a campanha diariamente, apontando fraudes eleitorais, enaltecendo Rui Barbosa e atacando o marechal Hermes. Diante disso, a circulação do *Diário* foi suspensa por determinação das autoridades locais entre 2 de abril e 15 de maio. Na retomada da publicação, o jornal anunciava que não desistia do combate, afirmando que ressurgia “para a luta, com o mesmo ardor de sempre e pronto para ir até o sacrifício em defesa dos direitos populares” (16 maio 1910).

Pouco depois, a folha novamente apontava para a “falta de garantias” e até para uma possível “agressão e tentativa de morte” de um de seus funcionários (6 jun.

nas primeiras décadas do século XX e, à época da Revolução de 1923, chegou a ser espancado e baleado, quando diretor do periódico *O Rebate*, em Pelotas. Conforme: RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p. 38.

1910). Apesar das ameaças, os veementes pronunciamentos políticos continuavam sendo publicados, destacando que “o militarismo sanhudo e atrabiliário e os usurpadores das instituições pátrias” haviam rasgado “a Constituição e vilipendiado a nação”. Dizia também que “a tirania militar triunfara, desagradando o país e aviltando a consciência nacional”, através de um governo que seria “um agregado de existências incoerentes e repulsivas, predominando o egoísmo ambicioso da atração do mando” (23 jul. 1910). Prosseguindo no debate político, em setembro de 1910, o periódico fazia constantes ataques à “má vontade do governo local contra o *Diário*”, chegando a utilizar-se de uma linguagem virulenta com relação ao Intendente Municipal, reclamando que, em vez de liberdade, a única garantia que a imprensa poderia ter era a “tolerância” das autoridades, dependendo, desse modo, da boa ou má vontade das mesmas²⁶.

²⁶ Na sua última edição, o jornal fazia forte pronunciamento acusando tal situação: “Tolerância... Eis tudo quanto resta, no Rio Grande do Sul, daquela liberdade clássica, tão ampla e tão pura que permitiu a propaganda republicana dentro da monarquia imperial!... Tolerância. E hoje nem é possível a propaganda democrática dentro do regime... republicano... Eis o que resta, Rio Grande do Sul, da tua antiga liberdade: - Os frangalhos ensanguentados e podres da tolerância fementida, da tolerância de lenda ainda, assim outorgada pela munificência problemática de uma caricatura de chefe, nos dias em que os seus achaques de varizes profundas não reclamam a calmante suavidade da *hamamélis* em supositórios de cacau” (19 out. 1910). Esse pronunciamento foi decisivo para o destino do periódico que teve a sua publicação suspensa e, juridicamente, seu proprietário, então somente

Nesse quadro, o *Diário do Rio Grande*, que buscara constantemente manter incólume sua conduta de representante da imprensa séria, que se dizia neutra, acima das lutas partidárias, e refratária às paixões políticas, de modo a garantir sua linha editorial embasada na primazia da notícia e manter uma equilibrada quantidade de publicidade em suas páginas, romperia com todos estes pressupostos e atitudes durante 1910. Nesse ano, o jornal lançou-se em uma ferrenha campanha política, tomando partido de uma das frentes em disputa, permanecendo no confronto, mesmo depois da derrota eleitoral. Ao mover tal campanha o periódico utilizou-se de uma linguagem vibrante e apaixonada, fugindo completamente ao até então propalado estilo da imprensa séria. A organização comercial da folha, decadente desde as duas últimas décadas, entrava na sua crise mais grave, traduzida no extremamente reduzido número de anúncios. Quebrando sua tradicional linha de conduta, enfrentando sérias dificuldades comerciais e não se adaptando a nova fase do jornalismo, que começava a adotar contornos empresariais, o *Diário* assinava sua própria sentença de morte, vindo a desaparecer a 19 de outubro de 1910.

Frediano Trebbi, perderia definitivamente o direito de manter a circulação da folha.

Alfonsina e Agostino Gadirós.

[Faint, illegible text at the bottom of the page]

100

59

1

100



Desde a sua criação, o *Diário do Rio Grande*, além de ter passado por diversas fases quanto à manifestação de suas convicções político-partidárias, apresentou ainda uma série de etapas quanto à sua organização tipográfica e comercial, as quais também influenciaram na construção discursiva da folha. Nos primeiros anos de circulação, o jornal, de reduzido formato, não possuía uma regularidade editorial bem definida, de modo que as matérias e os anúncios eram distribuídos graficamente de acordo com a disponibilidade de espaço, levando em conta a quantidade destes últimos. A partir da década de sessenta, o periódico passou por diversos aumentos em seu formato, acompanhados de constantes avanços organizacionais. Foi através desse amplo crescimento que o *Diário* chegou a constituir um dos mais importantes jornais rio-grandenses durante o século XIX, notadamente na zona sul gaúcha, pois, além de circular no Rio Grande, foi também distribuído em Pelotas, Bagé, Piratini, Alegrete, Uruguaiana, São Gabriel, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Santa Vitória do Palmar e São Gabriel.

Durante os seus primeiros anos, o diário rio-grandino buscou distinguir-se da pasquinagem, prática jornalística predominante no Rio Grande dos anos quarenta e cinquenta, quando foram editadas folhas de pequeno formato e circulação irregular, que utilizavam um palavreado chulo e virulento. Diante disso, o *Diário* intentava aparecer como um periódico que contrapunha aquele tipo de publicação, apresentando-se como um representante da imprensa “séria”, não interessado na discussão de questões de cunho pessoal. Assim, desde o seu primeiro número, e prosseguindo daí em diante, o jornal pretendeu demonstrar que a sua análise sobre os

acontecimentos seria baseada na razão e não na paixão, “sempre ditada pela decência e nunca pelos insultos” (23 abr. 1860).

A partir da década de sessenta, quando passou a contar com a concorrência mais próxima de outros jornais diários, que buscavam afirmar-se junto à imprensa rio-grandina, o *Diário do Rio Grande* objetivou demonstrar que continuava a ser o único representante da imprensa “séria” na cidade, além do que, de acordo com o princípio da primazia da notícia, seria aquele que melhor informava ao público leitor. Tendo em vista combater os concorrentes, o *Diário* procurava desvalorizar as demais publicações, chegando a divulgar uma seção denominada “Revista dos Jornais da Terra”, na qual analisava, página a página, cada um dos diários rio-grandinos, criticando e apontando falhas ou atrasos na divulgação das informações²⁷.

²⁷ Como exemplos dessas críticas podem ser citados “*Eco do Sul*: nada, nada de notável traz o seu número de ontem; *O Comercial*: idem, na mesma conformidade” (13 nov. 1861). “No *Eco do Sul* o resto da segunda página, terceira e quarta compõem-se de puros anúncios velhos, que parece serem publicados contra a vontade dos donos. Quanto ao *Comercial* divulgou informações já anteriormente noticiadas pelo *Diário do Rio Grande*” (29 nov. 1861). “O *Eco* e o *Comercial*, despeitados porque demos primeiro do que eles a notícia da derrota das forças paraguaias na Restauração, saíram-se ontem com duas cartas, datadas de 13, dando conta da batalha que teve lugar a 17! Notando-se mais, que o *Eco* até teve a descaída de dizer, com toda a ingenuidade que o *Diário* se enganou quanto à data, porque a batalha foi a 13! Enganados e bem enganados andaram o *Eco* e o *Comercial*. Quem fica desmentido? As lições têm sido boas. Respeitem, pois, as

De acordo com esta intenção, o diário fundado em 1848 afirmava que conquistara um espaço privilegiado junto à comunidade rio-grandina, graças ao “seu crédito moral, ganho às expensas das habilitações, da firmeza de caráter e invariabilidade de princípios de sua redação” (1º jan. 1863). Considerando-se como o “único” representante da imprensa “séria”, o periódico chegou a apontar como características dos escritos do *Eco do Sul* “a especulação sórdida, a contradição constante e a traição à verdade”, denominando-o de “comediante da imprensa” rio-grandense (1º set. 1867) e “indecente pasquim” (24 set. 1868), negando-se, de acordo com a sua “nobre missão”, a nivelar-se com o *Eco*, tanto na linguagem, quanto na conduta (1º set. 1867). Já o *Artista* foi apresentado como um “pasquim venal” que “difamador por profissão, tudo injuriava e tudo enxovalhava” (3-4 maio 1869). Nessa linha, o jornal ponderava que só a “grande imprensa”, por estar “fundada na luta do raciocínio e das ideias”, teria “direito a ser acreditada de preferência aos panfletos” os quais não seriam merecedores de crédito (14 fev. 1868).

Nas três últimas décadas do século XIX, período no qual o *Diário* atingiu seu apogeu em termos comerciais e de organização tipográfica e quando cada uma das folhas diárias já havia estabelecido um espaço razoavelmente definido junto ao jornalismo rio-grandino, ocorreu um declínio com relação às críticas aos outros jornais, e, ao lado do primado da notícia, o *Diário do Rio Grande* destacava que a sua antiguidade seria o fator que lhe garantia a credibilidade da opinião

notícias do *Diário*, que são em geral recebidas por condutos seguros” (27 ago. 1865).

pública. Dessa forma, o periódico apresentava-se como o “decano do jornalismo da Província” (11 set. 1873), considerando que “poucos existiriam, no Império, da sua idade”, tendo prestado um incontável número de serviços à cidade do Rio Grande e à Província rio-grandense (16 out. 1888).

Essa questão que o jornal fazia de sempre declarar-se como folha séria, bem como a constante manifestação de uma suposta “neutralidade”, agindo em nome do bem geral, estiveram relacionadas com os seus interesses comerciais, de modo que a manutenção de tal linha editorial significava também a garantia da sustentação do periódico. O suporte financeiro do *Diário* dava-se através da prestação de serviços tipográficos, em menor escala, da publicação dos editais e avisos oficiais e institucionais, da venda das assinaturas e, principalmente, da publicação de anúncios.

Assim, o *Diário do Rio Grande* representou a folha rio-grandina que melhor se adaptou à necessidade do autocontrole discursivo tendo em vista o equilíbrio com os interesses comerciais, notadamente durante o período imperial. Já com a República, o jornal até certo ponto perderia o seu norte editorial. Conseguiria ainda sobreviver por duas décadas, de forma cada vez mais precária, até romper de vez com a sua conduta de representante da imprensa séria e não mais resistir ao processo de concentração jornalística, pelo qual só as folhas melhor organizadas em termos empresariais adaptaram-se. Em 1910, encerrava-se a circulação do “decano” da imprensa gaúcha que, por sessenta e dois anos, através do primado da notícia, declarava a sua busca por prestar os mais relevantes serviços à comunidade rio-grandina e sul-rio-grandense. A coleção

do *Diário* está à disposição do público na hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense, proporcionando um manancial praticamente inesgotável de informações e opiniões expressas ao longo de mais de seis decênios.

A proclamação da República em Lisboa nas páginas do *Eco do Sul* (outubro de 1910)

Reto Monico*

1. Os factos²⁸

O regicídio de Lisboa, de 1 de fevereiro de 1908²⁹, com a morte do rei D. Carlos e do príncipe real, D. Luís

* Reto Monico (n. 1953) licenciou-se em História, em 1977, na Faculdade de Letras da Universidade de Genebra, onde se doutorou, em 2003, com a tese *Suisse-Portugal : regards croisés (1890-1910)*. Nos seus trabalhos analisa a imagem de Portugal e do Brasil transmitida pela imprensa mundial e pela diplomacia suíça, incidindo sobre aspetos e acontecimentos da sua História contemporânea. Acaba de publicar *Olhares suíços sobre o Portugal de Salazar*. Vol I. *A Ditadura militar (1926-1933)*.

²⁸ Abreviaturas : PRP (Partido Republicano Português) ; IP (*Ilustração Portuguesa*)

²⁹ Cf. ALVES, Francisco das Neves & MONICO, Reto. *O Regicídio português nas páginas da imprensa rio-grandina*. Lisboa/Rio Grande: CLEPUL /Biblioteca Rio-Grandense, 2016 ; VIEIRA, Joaquim & MONICO, Reto. *Mataram o Rei! O Regicídio na imprensa internacional*. Lisboa: Pedra da Lua, 2007. SAMARA, Maria Alice & TAVARES, Rui. *O Regicídio*. Lisboa: Tinta da China, 2008.

Filipe, desfere um golpe fatal na dinastia de Bragança. A monarquia portuguesa já se encontra numa situação de crise política e tem de enfrentar uma contestação crescente, nomeadamente por parte do Partido Republicano Português (PRP). O regime revela-se incapaz de se adaptar às mudanças sociais e económicas da *Belle Époque*, deixando praticamente à margem a «nata política das camadas intermédias» urbanas (profissões liberais, pequenos e médios comerciantes e pequena burguesia)³⁰, bem como o emergente movimento operário. Por outras palavras, a partir da década de 1890, as reformas introduzidas pelas elites monárquicas acabam «por bloquear a democratização do poder», impedindo dessa forma a sua «regeneração»³¹.

³⁰ ROSAS, Fernando, «A queda da Monarquia», in ROSAS, Fernando & ROLLO, Fernanda [coord.]. *História da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2011, p. 18.

³¹ FERNANDES, Paulo Jorge. «A vida política», in TEIXEIRA, Nuno Severiano [Coord.]. *A crise do Liberalismo*. Lisboa: Fundación MAPFRE, 2014, p. 46. 3.º volume da *História Contemporânea de Portugal* dirigida por António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro.



Wiener Bilder

Illustriertes Familienblatt

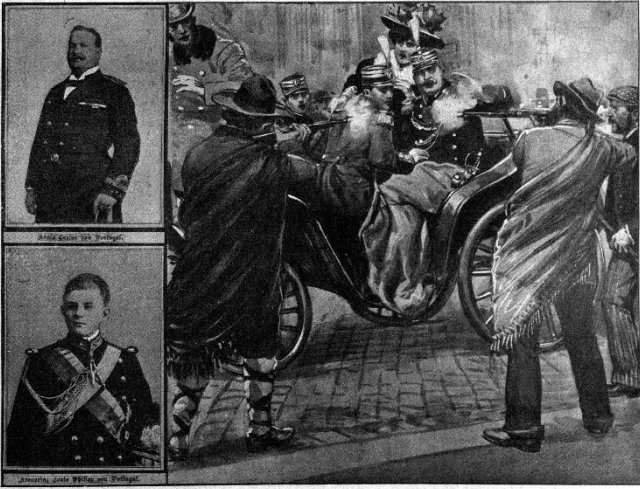
Mr. 6. Wien, Mittwoch, 5. Februar 1908. XIII. Jahrgang.

Abonnements-Verlag: Die Centraldruckerei, Verlagsort: Wien, 1. Bezirk, 1. St. - Die Druckerei, Verlagsort: Wien, 1. Bezirk, 1. St. - für alle Städte und Provinzen.

Verkauf und Distribution: H. Kienrich, Verlagsort: Wien, 1. Bezirk, 1. St. - H. Kienrich, Verlagsort: Wien, 1. Bezirk, 1. St.

Der Königsmord in Portugal.

Die Ermordung König Carlos und des Kronprinzen Louis Philipp in Lissabon. (siehe Seite 4)



Seite 4 und 5:

Die Ermordung König Carlos und des Kronprinzen Louis Philipp in Lissabon.

Fig. 1: O regicídio visto pelo semanário vienês *Wiener Bilder*.

Fig. 2: *España Nueva*, 2 de fevereiro de 1908.

Ligeiramente ferido durante o atentado, Manuel II, o novo rei – que sobe ao trono ainda muito jovem, sem qualquer preparação – afasta do poder o presidente do conselho João Franco. Decreta a amnistia para os

prisioneiros políticos e promete novas eleições, que se realizam a 5 de abril. Sete deputados republicanos entram no parlamento, mas registam-se motins que provocam 14 mortos e cerca de uma centena de feridos.

A rainha D. Amélia e o filho tentam «salvar o regime»³² graças à política da «acalmção», mas a monarquia, abalada por vários escândalos, já praticamente conta com poucos defensores. Os próprios partidos monárquicos encontram-se divididos e a oposição republicana mais forte e decidida. A instabilidade governativa mantém-se e agrava-se: se, entre 1890 e 1910, os governos duram cerca de um ano, no curto reinado de D. Manuel II permanecem em funções, em média, menos de seis meses.

Em maio, o PRP propõe, no entanto, um pacto ao monarca para «produzir uma diminuição das desgraças no país»³³. Mas esta tentativa de conciliação não é bem acolhida por D. Manuel II nem pelos dirigentes monárquicos, o que contribui para enfraquecer a corrente «legalista» no Partido Republicano.

³² FERNANDES, Paulo Jorge, *op. cit.*, p. 49.

³³ *Ibidem*.

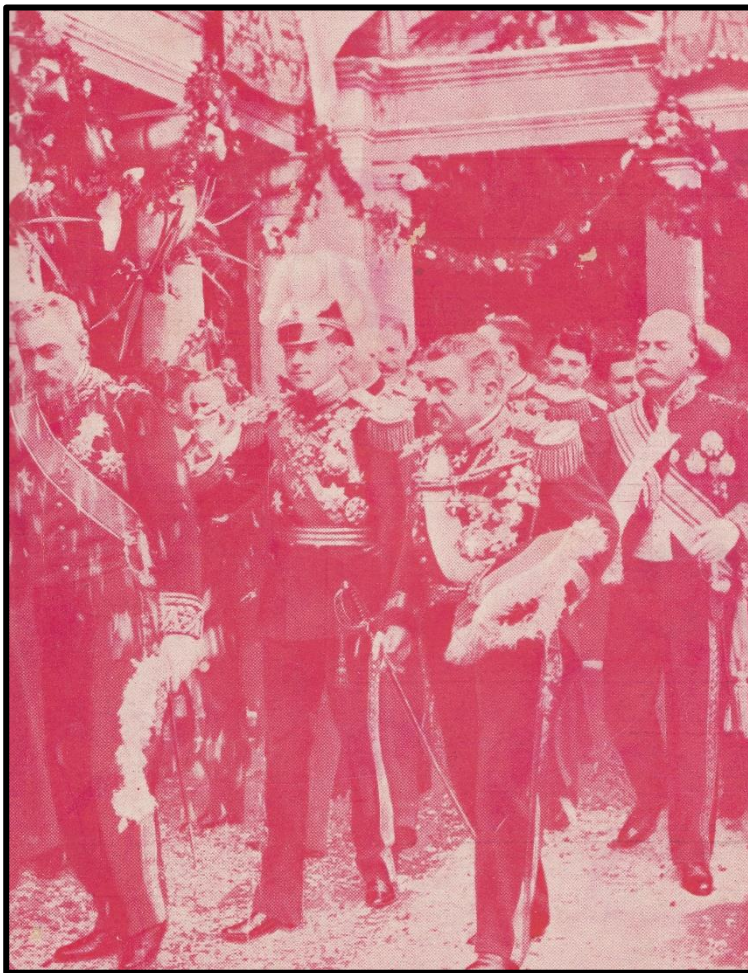


Fig. 3: D. Manuel II em Aveiro. (*IP*, 7 de dezembro de 1908)



Fig. 4: O rei em Vila Nova de Gaia, na Casa Ferreirinha. A viagem de D. Manuel II ao Norte, uma tentativa de tornar a monarquia mais popular, começa no Porto a 8 de novembro; o rei só regressa a Lisboa a 4 de dezembro. (*IP*, 14 de dezembro de 1908)



Fig. 5: O 2º aniversário do Regicídio. D. Amélia (1865-1951) e D. Manuel (1889-1932) à saída da Sé. Em frente, ligeiramente virado, D. Afonso, o irmão do rei assassinado. (*IP*, 7 de fevereiro de 1910)

* * * * *

Este partido, fundado em 1876, ganha força no início do século, nomeadamente nas grandes cidades, sobretudo a partir da ditadura de João Franco, em 1907. Neste período de grande contestação, marcado por protestos, manifestações e anticlericalismo, o PRP transforma-se num partido de massas, «dando expressão tanto às contestações populares como à insatisfação das elites»³⁴. Ao contrário do que sucede na Alemanha, na Itália e em França — e, ainda que em menor medida, na Grã-Bretanha —, o movimento socialista desempenha em Portugal um papel político irrelevante.



Fig. 6: Comício republicano no Porto a 6 de janeiro de 1910.
(*IP*, 7 de fevereiro de 1910)

³⁴ SERRA, João B., «O assalto ao poder», in ROSAS, Fernando & ROLLO, Fernanda, op. cit., p. 46.

No Congresso de Setúbal, em abril de 1909, o partido muda de estratégia, abandonando a via reformista e preparando-se para tomar o poder pela força. Para esse efeito, o novo Diretório Republicano nomeia duas comissões, uma civil e outra militar, cuja organização o ocupa durante o resto do ano. A formação da segunda comissão e a elaboração do plano militar, decisivo para a tomada do poder, revelam-se particularmente difíceis. Esta comissão é composta pelo almirante Cândido dos Reis e pelos capitães Afonso Pala e Alfredo de Sá Cardoso.

Nesses meses, desenvolve-se também uma grande campanha de agitação no país, que inclui contactos do PRP com a Maçonaria e a Carbonária Portuguesa, dirigida por Artur Luz de Almeida. Esta organização secreta, fundada nos finais do século XIX, cresce durante o governo de João Franco (1855-1929) e, em 1908, reforça-se com a entrada do engenheiro António Maria da Silva e do comissário naval António Maria Machado Santos. Os três constituem a Alta Venda, o órgão dirigente da Carbonária. É nessa altura que esta organização começa a infiltrar-se nas forças armadas e a estender a sua influência, embora sem grandes resultados, à província³⁵.

³⁵ SERRA, João B., *op. cit.*, p. 49-50.



Fig. 7: Luz de Almeida (1867-1939), Machado Santos (1875-1921) e Antônio Maria da Silva (1872-1950). O «machado dos Santos» matou a monarquia. Caricatura de Francisco Valença (nov. 1910).

Os membros desta organização, cujo número é difícil de determinar³⁶, provêm das classes trabalhadoras e da pequena e média burguesia urbanas. Alguns «primos», como se tratam entre si, tornam-se membros da loja maçónica *A Montanha* e procuram obter o apoio da Fraternidade Lusitana para a revolução.

Em abril do ano seguinte, no Porto, o Congresso do PRP decide enviar uma delegação a França e à Inglaterra para explicar o ponto de vista dos republicanos portugueses e preparar as duas grandes potências para a mudança de regime. No início de junho, José Relvas, Magalhães Lima e Augusto Alves da Veiga reúnem-se em Paris, onde dão “começo a essa delicada missão”. Publicam uma nota oficiosa em vários jornais europeus e americanos e encontram-se com jornalistas e responsáveis políticos em Paris e Londres, procurando preparar as duas potências para uma eventual mudança de regime.

De regresso a Portugal em meados de julho, o chefe republicano nota que «Machado Santos quase não podia conter os grupos de marinheiros, tão impacientes pela insurreição»³⁷. É, por conseguinte, indispensável acelerar os preparativos para a tomada do poder. A

³⁶ Vasco Pulido Valente (*O Poder e o Povo*. Lisboa: Dom Quixote, 1974, p. 94-95) fala de 34 000 membros; Rui Ramos (*A Segunda Fundação*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p. 367) afirma que «qualquer número de filiados acima dos 2 000 deve ser considerado como duvidoso»; o professor Fernando Catroga, numa conferência apresentada na Universidade Nova de Lisboa, em setembro de 1998, estimou que a Carbonária teria cerca de 10.000 membros.

³⁷ RELVAS, José. *Memórias políticas*. Lisboa: Terra livre, 1977, vol. 1, p. 93

revolta de 18 de agosto, dez dias antes das eleições³⁸, fracassa. Os dirigentes do Partido Republicano reconhecem então que, sem o apoio da Carbonária, não será possível alcançar esse objetivo.

Dois meses antes, a organização miliciania recebe o apoio da Maçonaria. Na mesma altura, em junho, durante uma reunião secreta na sede do Grande Oriente Lusitano, é criada a Comissão de Resistência, composta por cerca de dez membros, entre os quais carbonários — nomeadamente Machado Santos e António Maria da Silva —, maçons como Miguel Bombarda e José de Castro, e dois membros do Diretório Republicano: Cândido dos Reis e António José de Almeida. O seu objetivo central é organizar a revolução.

A hierarquia do PRP encontra-se cada vez mais afastada dos preparativos, que se intensificam durante o mês de setembro. A 25 de setembro, o Diretório do PRP dá «luz verde à insurreição, ficando o almirante Cândido dos Reis como comandante-chefe das operações»³⁹.

* * * * *

³⁸ Nestas eleições, perdidas pelo governo, o PRP obtém 14 deputados, eleitos em Lisboa, Setúbal e Beja. Como nota Rui Ramos, as doze câmaras municipais controladas pelo Partido Republicano em 1908 situam-se também todas no Sul do país. Neste último ato eleitoral da monarquia, o PRP consegue 62,3 % dos votos em Lisboa e 43 % no Porto. O mesmo historiador afirma que «o Partido Republicano era um partido do Sul». RAMOS, Rui, *op. cit.*, p. 343.

³⁹ SERRA, João B., «O 5 de Outubro», in ROSAS, Fernando & ROLLO, Fernanda, *op. cit.*, p. 55.

O plano da revolução — preparado por dois oficiais do exército e por um oficial da marinha — prevê, por um lado, a formação de 60 grupos de 16 homens, tendo cada grupo 5 pistolas e 5 bombas⁴⁰, e, por outro, a constituição de 7 grupos de 30 homens. A tarefa destes 210 homens é a de ajudar os oficiais e os sargentos republicanos a sublevar os quartéis da capital. Outros «primos» devem atacar, nas estreitas ruas de Lisboa, as tropas fiéis ao regime, ocupar o Arsenal e cortar as linhas do telefone e do telégrafo. Têm dois objetivos principais: por um lado, tomar o Quartel-Geral e cercar a Guarda Municipal, o inimigo jurado dos Carbonários; por outro, capturar o rei, caso não fuja, e ocupar a Baixa lisboeta.

O início das operações é fixado para a madrugada de 4 de outubro, uma terça-feira, decisão tomada numa reunião muito agitada, realizada no Chiado, a 2 de outubro. No entanto, no dia seguinte, o Dr. Miguel Bombarda é assassinado por um antigo paciente, provocando alguma confusão. A morte do chefe civil da revolta paralisa, muito provavelmente, a distribuição de armas aos civis⁴¹. Apesar disso e do facto de as tropas de Lisboa estarem de prevenção, numa última reunião, realizada na Rua da Esperança, mantém-

⁴⁰ Na realidade, de 3 a 5 de outubro, os carbonários estão mal-armados. «A falta de bombas e do armamento (pistolas ou revólveres) que lhes devia ser distribuído, em harmonia com o que o Diretório havia adquirido, anulou a dedicação de muitos centenaes de homens [...]». «[Em Alcântara,] os civis só levaram consigo duas pistolas, obsequiosamente cedidas, e 7 bombas. As pistolas ou revólveres que lhes deviam enviar nunca apareceram!». SANTOS, António Maria Machado. *A Revolução Portuguesa. Relatório*. Lisboa: Liberty, 1911, p. 96 e 99.

⁴¹ RAMOS, Rui, *op. cit.*, p. 373.

se a data prevista. A determinação do chefe militar, Cândido dos Reis, é decisiva para evitar um adiamento do plano. Ao mesmo tempo, em Belém, D. Manuel II, avisado pelo presidente do Conselho, Teixeira de Sousa (1857-1917), da iminência do ataque republicano, oferece um jantar ao presidente eleito do Brasil, Hermes da Fonseca (1855-1923), em visita à capital portuguesa.



Fig. 8: 1 de outubro de 1910: Hermes da Fonseca com o seu ajudante e o ministro do Brasil em Lisboa, Costa Mota. (*IP*, 10 de outubro de 1910)

Na madrugada de 4 de outubro, os revoltosos conseguem sublevar o Regimento de Artilharia 1 e o Regimento de Infantaria 16 e tomam posse do quartel dos marinheiros. Ao mesmo tempo, o *São Rafael* e o *Adamastor*, dois dos três navios de guerra portugueses ancorados no Tejo, amotinam-se. No entanto, nenhum

outro regimento passa para o lado dos revoltosos. A força militar da monarquia parece manter-se intacta e o ataque ao Palácio das Necessidades fracassa.

Ao raiar do dia, as duas colunas dos capitães Pala e Sá Cardoso, acossadas pelas tropas do regime, veem-se obrigadas a desistir dos seus objetivos — atacar o Palácio das Necessidades e o quartel da Guarda Municipal. Chegam então à Rotunda⁴², no topo da Avenida da Liberdade, juntando-se ao pequeno contingente comandado por Machado Santos. São, ao todo, cerca de 500 homens, entre militares e civis mal-armados. O plano republicano parece ter falhado: grande parte dos regimentos da cidade não aderiu ao movimento. Além disso, chega a notícia do suicídio de Cândido dos Reis, por pensar que a revolta tinha falhado, e uma parte da tropa abandona o acampamento da Rotunda. Os principais dirigentes do PRP, julgando, porventura, que a insurreição estava perdida, mantêm-se ausentes das operações.

⁴² Hoje, Praça Marquês do Pombal.



Fig. 9: Machado Santos. (*IP*, 17 de outubro)



Fig. 10: Prédio destruído na Avenida da Liberdade. (*IP*, 17 de outubro)



Fig. 11: Povo na barricada. (*IP*, 17 de outubro)

Machado Santos decide permanecer com cerca de 200 homens, tomando assim uma decisão decisiva para o sucesso da revolta republicana. Nem tudo está perdido: os rebeldes dispõem de oito canhões e o comandante do acampamento sabe que os carbonários se infiltraram nos regimentos monárquicos.

Neste dia, a situação começa a evoluir em favor dos revoltosos: a pequena força da Rotunda resiste aos bombardeamentos das unidades fiéis ao regime, comandadas por Paiva Couceiro (1861-1944); o *São Rafael* e o *Adamastor* bombardeiam o Palácio das Necessidades, provocando a fuga de D. Manuel II para Mafra; desembarcam também cerca de 1 500 homens na Praça do Comércio, semeando o pânico nas fileiras monárquicas; ao fim do dia, o *D. Carlos*, o terceiro navio da esquadra, passa também para o lado republicano.

Na madrugada de 5 de outubro, torna-se evidente que as tropas que ainda permanecem do lado do jovem rei não têm qualquer hipótese de vencer, e que quase ninguém quer combater e morrer para defender o regime.

Por volta das oito da manhã, o encarregado de negócios alemão solicita um cessar-fogo para poder evacuar os seus compatriotas das zonas perigosas. À vista da bandeira branca, toda a gente pensa que a monarquia já capitulou e o povo começa a confraternizar com os soldados. Machado Santos decide então descer a Avenida em direção ao Rossio. No quartel-general monárquico, o general Gorjão (1845-1921), comandante da 1.^a Divisão Militar e responsável pela guarnição de Lisboa, diz-lhe: «Eu não me entrego porque não tenho nada que entregar.» Uma hora mais tarde, José Relvas e Eusébio Leão, membros do Diretório do PRP,

proclamam a República da varanda da Câmara Municipal de Lisboa.



Fig. 12: José Relvas (1858-1929), proclama a República. À esquerda, Eusébio Leão (1864-1926), futuro ministro em Roma; à direita, Ernesto Carneiro Franco (1886-1965), ativo na greve académica de 1907 e que lutará contra a ditadura militar e a de Salazar. Exilado no Brasil desde 1949. (*IP*, 10 de outubro de 1910)

* * * * *

Na manhã de 5 de outubro, depois de receberem a notícia da vitória republicana, D. Manuel II, D. Amélia e D. Maria Pia deixam Mafra e seguem para a Ericeira, onde embarcam no iate *Amélia*. Embora o rei pretenda dirigir-se ao Porto, o comandante considera a viagem demasiado arriscada e segue para Gibraltar, onde chegam dois dias mais tarde⁴³.

Depois da fuga de D. Manuel II, ninguém acreditará «seriamente numa restauração monárquica»⁴⁴ em Portugal.



Fig. 13: Na Ericeira, a família real portuguesa é levada num frágil batel para o iate *Amélia* (IP, 17 de outubro)

⁴³ PROENÇA, Maria Cândida. *D. Manuel II*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2015, p. 114-116.

⁴⁴ RAMOS, Rui, *op. cit.*, p. 399.



Fig. 14: Gibraltar, 16 de outubro de 1910: o rei deposto e D. Amélia partem rumo a Inglaterra. (*IP*, 14 de novembro)

* * * * *

No mesmo dia, um governo provisório de oito membros, todos dirigentes do PRP, mas que não tiveram nenhum papel de relevo durante os combates, chefiado por Teófilo Braga (um grande universitário, mas muito

fraco politicamente⁴⁵), toma o poder até à formação do primeiro governo constitucional, a 3 de setembro de 1911.

O «principal arquiteto»⁴⁶ e homem forte deste executivo é, sem dúvida, Afonso Costa, que assume a pasta da Justiça e Cultos. É ele o artesão de decretos que têm como objetivo a descristianização da sociedade, entre os quais se podem destacar, a 8 de outubro, a expulsão dos jesuítas, o encerramento dos conventos e a confiscação dos bens do clero regular.

Os outros ministros são Bernardino Machado (Negócios Estrangeiros), António José de Almeida (Interior), António Xavier Correia Barreto (Guerra), Amaro de Azevedo Gomes (Marinha) e António Luís Gomes⁴⁷ (Fomento). José Relvas, membro do Diretório do PRP, fica com o Ministério das Finanças a 12 de outubro, depois da recusa de Basílio Teles.

Do governo não faz parte nenhum membro da Carbonária, o que não é do agrado de Machado Santos⁴⁸. O próprio José Relvas formula um juízo muito negativo

⁴⁵ «Era o chefe do Governo, mas não sabia como desempenhar mandato de tão grande responsabilidade, nem tinha a inspiração dos meios com que impusesse desde a primeira hora a sua suprema autoridade», RELVAS, José, *op. cit.*, p. 156.

⁴⁶ SERRA, João B., «O 5 de Outubro», citado, p. 59.

⁴⁷ Substituído por Brito Camacho a 22 de novembro.

⁴⁸ Segundo Raul Brandão, Teófilo Braga teria dito a Machado Santos: «O senhor é como o bom sapateiro que vem entregar as botas já prontas ao freguês.» Porém, o herói da Rotunda «considerou sempre que os outros se adiantaram [a formar o governo] - conservando-o na Rotunda até formarem governo.» BRANDÃO, Raul. *Memórias*, Tomo II. Lisboa: Relógio d'Água, 1999, [1ªed. 1925], p. 111.

sobre a formação, a estrutura e o funcionamento deste gabinete. Considera que o Governo Provisório foi constituído «à la diable»⁴⁹, sem uma orientação comum entre os ministérios, acrescentando que essa improvisação veio «a enfermar a vida da República.»⁵⁰



Fig. 15: Teófilo Braga (1843-1924), presidente do Governo Provisório. (*IP*, 10 de outubro)

⁴⁹ De maneira improvisada e pouco cuidada.

⁵⁰ RELVAS, José, *op. cit.*, p. 101-102.

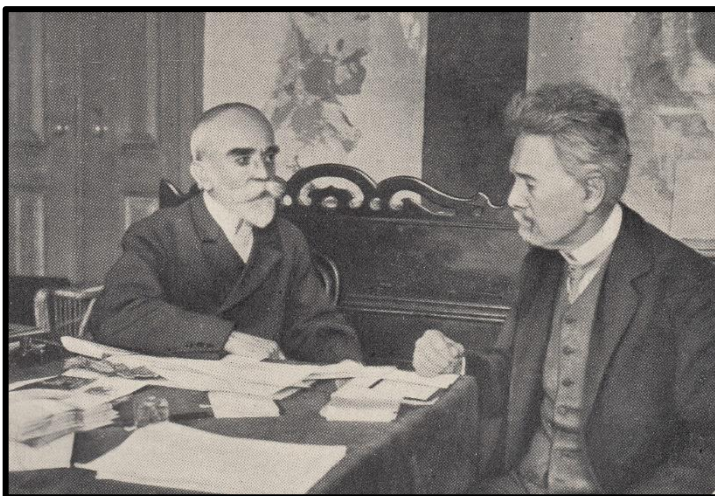


Fig. 16: O ministro dos Negócios Estrangeiros Bernardino Machado (1851-1944) (à esq.) com T. Braga (*IP*, 24 de outubro)



Fig. 17: Afonso Costa (1871-1937), ministro da Justiça.



Fig. 18 e 19: 16 de outubro de 1910: funerais nacionais de Miguel Bombarda (1851-1910) e de Cândido dos Reis (1852-1910). Aspeto da Rotunda à chegada dos féretros. (*IP*, 24 de outubro)

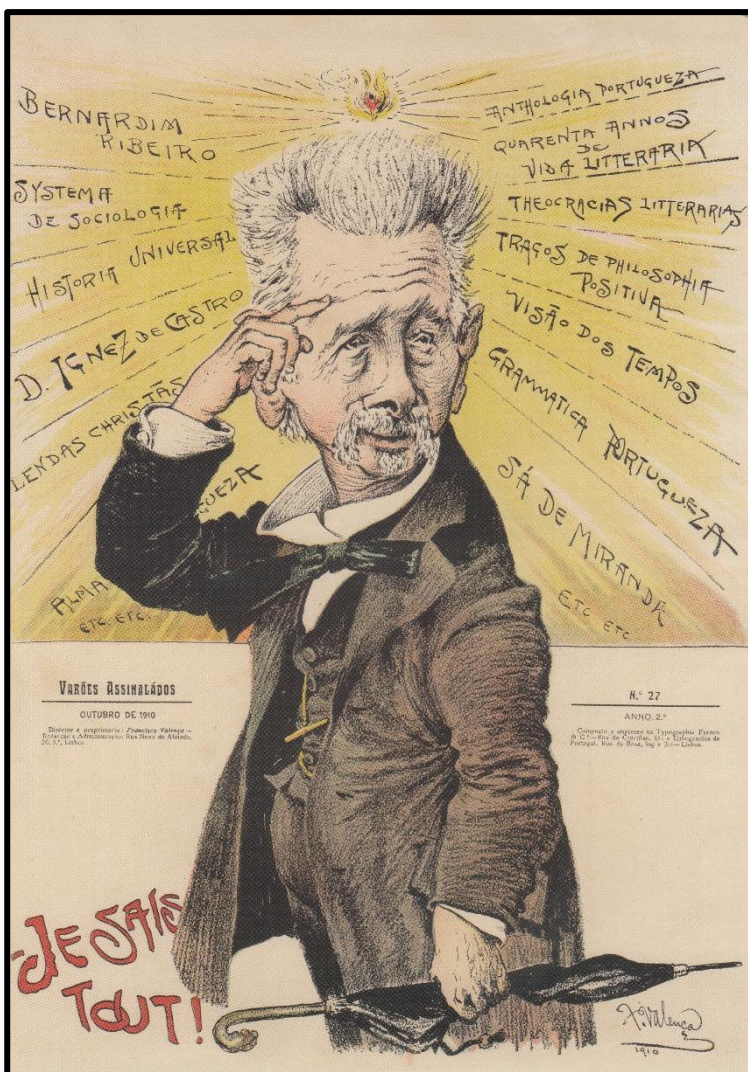


Fig. 20: T. Braga, cercado pelos títulos de vários dos seus numerosos livros, diz: «Sei tudo!». Valença caricatura a enorme erudição e a pretensão de saber universal atribuída ao chefe do Governo Provisório. (out. 1910)



Fig. 21: Bernardino Machado é «um machado para a Monarquia e um achado para a República». Valença joga com o apelido do político para sublinhar o seu papel na luta contra a Monarquia. A caixa de «Manteiga de Paredes de Coura» (Viana do Castelo) alude às suas ligações a esta localidade, da qual foi deputado. (Jun. 1910)



Fig. 22: Nesta caricatura de 1913, Afonso Costa está a estrangular dois jesuítas; à esquerda, o diabo parece coroá-lo com flores; à direita, a serpente/dragão com a tiara papal simboliza a Igreja Católica. Sublinha-se aqui o anticlericalismo de Afonso Costa e o seu confronto, iniciado enquanto ministro da Justiça, com as congregações religiosas nos primeiros tempos da República.

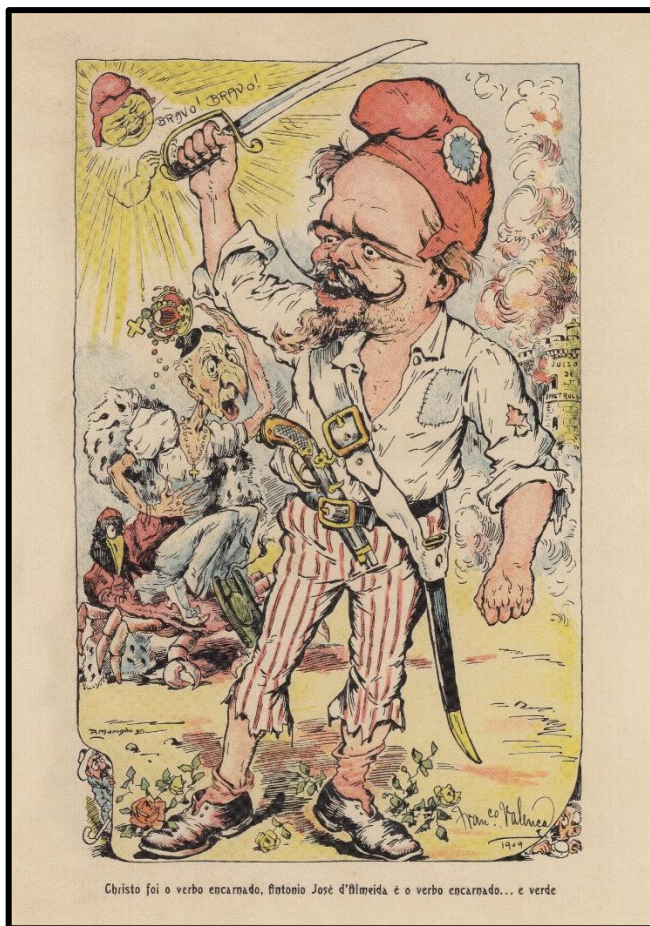


Fig. 23: O futuro ministro do Interior, António José de Almeida (1866-1929), de barrete frígio e espada na mão, é representado como um combatente da República, avançando sobre os seus adversários monárquicos e clericais. A legenda – «Cristo foi o verbo encarnado. António José de Almeida é o verbo encarnado... e verde» – joga simultaneamente com o seu talento de orador e com o vermelho e o verde republicanos. (Valença, set. 1909)



Fig. 24: José Relvas, ministro das Finanças do Governo Provisório e violinista amador, procura «afinar as finanças» do país. As partituras no chão transformam os problemas financeiros em «obras» musicais, como o «Hino da Restauração do Crédito Público» e o «Hino da Maria da Fonte... de Receita». A legenda resume o jogo: «Obras antigas em casa e obras novas no ministério». (Valença, jan. 1911)

* * * * *

Em outubro de 1910, os republicanos portugueses conseguem tomar o poder, apesar da morte dos seus dois principais chefes, Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, e da superioridade numérica dos seus adversários. O que parece evidente é a falta de entusiasmo das tropas monárquicas para defender o regime, bem como a sua «incapacidade de montar um sistema de defesa eficaz», apesar de disporem de mais forças militares no terreno⁵¹. No alto comando militar de Lisboa reina, durante estes dois dias, uma grande confusão. É dirigido por burocratas fardados que não conhecem quase nada dos assuntos militares: «O Exército era para eles um modo de vida, não um modo de morrer»⁵².

Importa ainda recordar a fraqueza do inexperiente D. Manuel, o papel central da Carbonária, que se infiltrara em várias unidades, e a passividade de muitos oficiais, que evitam o combate para conservarem a possibilidade de, no final, se colocarem ao lado dos vencedores. Por outras palavras, uma parte significativa das forças armadas já estava «republicanizada» antes do 5 de Outubro. Também não se pode esquecer que, depois do Regicídio, muitos oficiais fiéis à Monarquia são afastados de Lisboa. Acresce que numerosos militares estão destacados «para vigiar as fábricas do Barreiro»⁵³, onde decorre um movimento grevista.

* * * * *

⁵¹ MATOS, Álvaro Costa, «O 5 de Outubro de 1910: uma revolução esperada, *Badaladas*, 8 de outubro de 2021.

⁵² RAMOS, Rui, *op. cit.*, p. 391.

⁵³ MATOS, Álvaro Costa, *op. cit.* O Barreiro é uma localidade que se situa em frente de Lisboa, na margem sul do Tejo.



Fig. 25: Este postal, provavelmente de 1911, homenageia os primeiros países que reconheceram a República Portuguesa.



Fig. 26: A República, representada com barrete frígio, auréola e as novas cores nacionais, dirige-se ao povo português, pobre e prostrado aos seus pés: «Levanta-te e anda!». (Leal da Câmara, *L'Assiette au Beurre*, 22 de outubro de 1910)

No plano internacional, os dois primeiros países a reconhecerem oficialmente a República portuguesa são o Brasil, em 22 de outubro, e a Argentina, no dia seguinte, seguidos por alguns outros estados latino-americanos. A Suíça é o único país europeu a tomar a mesma decisão ainda em 1910, a 27 de dezembro. Todas as grandes potências o fazem no ano seguinte: os Estados Unidos, em junho; a França, em agosto; e as restantes — a Grã-Bretanha, a Rússia, a Itália, a Áustria-Hungria e a Alemanha — apenas em setembro.

Depois do dia 5 de Outubro, para praticamente todos os jornais, Portugal torna-se o centro das atenções durante mais de uma semana, tal como acontecera em fevereiro de 1908, após o Regicídio. Multiplicam-se as correspondências de enviados especiais, os relatos de testemunhas, os desenhos, as fotografias, as caricaturas e os diagramas da cidade.

Contrariamente ao *Eco do Sul*, que reproduz numerosas notícias — por vezes exageradas ou mesmo falsas — e dedica apenas quatro comentários à queda da monarquia portuguesa, sem lhe consagrar qualquer editorial, a imprensa europeia e norte-americana acompanha os acontecimentos com numerosas análises e editoriais, mesmo em alguns periódicos regionais.

Na primeira metade do século XX, apenas o Regicídio de 1908 se aproxima da repercussão internacional suscitada pela proclamação da República em Lisboa. Ainda assim, esta última é, sem dúvida, o acontecimento da política interna portuguesa que provoca o maior número de comentários na imprensa europeia e norte-americana.

Será preciso esperar pelo desvio do paquete *Santa Maria*, em janeiro de 1961, e pela Revolução de Abril de

1974 para que Portugal volte, durante alguns dias consecutivos, às primeiras páginas da imprensa internacional.



Fig. 27: *Illustrierte Kronen Zeitung*, Viena, 6 de outubro de 1910.



Fig. 28: *Espana Nueva*, Madrid, 6 de outubro de 1910.

O *Eco do Sul* e a Revolução Republicana em Portugal

As primeiras notícias sobre a queda da monarquia são publicadas, a 5 de outubro, na segunda página. Trata-se de um telegrama proveniente do Rio de Janeiro, que contém uma informação verdadeira — a proclamação da República — e outra falsa: a prisão do rei pelos revolucionários.

A redação acrescenta uma nota que revela a tomada de consciência da importância do acontecimento e mostra que o jornal passa a funcionar como um centro de informação para os rio-grandinos. Com efeito, estes podem ler os murais postos à disposição do público em frente da sede do diário:

Os últimos sucessos desenrolados em Portugal nos induzem a crer que, realmente, algo de anormal ali se desenrola.

Ainda ontem, notícia com procedência de Lisboa anunciava o assassinato do deputado republicano Bombarda.

Teria esse sangrento fato precipitado os acontecimentos?

Veremos no correr das notícias que forem chegando.

A alarmante notícia contida no recado acima, afixamos à porta do *Eco do Sul*, sendo lida por milhares de pessoas.

O telegrama foi copiado por muitas pessoas que o transmitiram para outras localidades.

Segue outro longo despacho vindo de Londres onde se fala dos bombardeamentos do Palácio Real por parte dos navios, da situação angustiosa e agitada na capital, da interrupção das linhas telegráficas, da reação da Guarda Municipal e da adesão à República de vários concelhos à volta de Lisboa.



Fig. 29: *Eco do Sul*, 5 de outubro de 1910.

No dia seguinte, na primeira página, encontra-se uma nota irónica:

- Então caiu ou não caiu a Monarquia em Portugal?
- Não sei. Mas creio que a Monarquia Portuguesa não cai de cavalo magro. . . e logo agora que o povo viu de perto o Sr. Hermes. . . Barbas de molho. . .

Aparentemente, a mensagem é contraditória: por um lado, o jornalista sugere ironicamente que a monarquia não cairá facilmente; por outro, avisa que a presença em Lisboa de Hermes da Fonseca, presidente eleito do Brasil, pode dar novo alento aos republicanos. Por conseguinte, os monárquicos devem manter-se de sobreaviso⁵⁴.

No mesmo dia, ainda na página dois, a folha rio-grandina continua a publicar telegramas que confirmam a mudança de regime. Comunica a formação de um governo provisório, dando a lista dos ministros.

Ao mesmo tempo, reproduz informações erradas como, por exemplo, a de que a família real estava presa, a de que a Inglaterra ia intervir em favor da monarquia lusa ou a de que 5.000 pessoas que estavam a regressar do funeral de Miguel Bombarda⁵⁵ tinham atacado os ministérios da Guerra e da Marinha.

Na mesma página o *Eco do Sul* fornece três pequenas notas que ilustram como a notícia é recebida na cidade:

⁵⁴ A expressão «pôr (ou deixar) as barbas de molho» significa precisamente acautelar-se, agir com prudência.

⁵⁵ O funeral de Miguel Bombarda e do almirante Cândido dos Reis realizar-se-á apenas no domingo 16 de outubro, pelo que esta informação é manifestamente errada.

Em sessão do Conselho Municipal, desta capital, o intendente Pedro Couto propôs um voto de congratulações a Portugal pelo advento da República.

O ministro e o cônsul português não têm, por enquanto, notícias sobre a revolução de Portugal.

Os jornais estão apinhados de grande massa de povo ávido de ler os boletins sobre os sucessos de Portugal.

A 7 de outubro, a redação sublinha os seus esforços no sentido de manter os seus leitores ao corrente do que se passa em Portugal. Anuncia que os retratos dos membros do Governo Provisório estão afixados na pedra anunciadora — uma placa exterior onde o jornal expunha as últimas notícias — e reproduz no jornal as suas pequenas biografias.

Nesta edição, encontram-se numerosos despachos, entre os quais podemos citar o pedido de demissão do ministro português no Rio, Conde de Selir⁵⁶, a partida para Portugal de um jornalista da *Gazeta de Notícias* e a comunicação de que o Barão do Rio Branco, ministro dos Negócios Estrangeiros, recebera a notificação oficial da proclamação da República, transmitida pessoalmente na véspera, no Palácio do Catete, ao presidente Nilo Peçanha pelo ministro de Portugal. A esse respeito, o Senado brasileiro aprova, por unanimidade, um voto de congratulação.

Sobre o desenrolar dos combates, as notícias são muito confusas e não permitem ao leitor compreender o que realmente se passou em Lisboa. Chega mesmo a

⁵⁶ O Conde de Selir (1857-1910) chefia a legação portuguesa no Brasil de junho de 1908 até outubro de 1910.

escrever que 20.000 homens marcham sobre a capital, defendida pelos revoltosos!

Quanto ao paradeiro de D. Manuel, as notícias «são desencontradas», para citar a redação do diário rio-grandino:

Uns telegramas dão-no como prisioneiro, outros afirmam que ele está refugiado a bordo de um navio de guerra e em viagem para a Inglaterra. Ainda outros dizem que ele está asilado na legação inglesa em Lisboa.

No meio de informações contraditórias, publica este despacho, que só em parte corresponde à verdade:

RIO, 7:

Dizem de Paris que o ministro do exterior dali sabe que a família real portuguesa está a bordo do cruzador D. Amélia, o qual se acha escoltado pelo cruzador Minerva, da esquadra inglesa.

Com efeito, trata-se de um iate e não de um cruzador. Além disso, nenhuma fonte menciona que a embarcação tenha sido escoltada até Gibraltar.

No sábado, dia 8, a redação escreve um pequeno comentário. Precisa que o télégrafo está controlado pelos revolucionários, mas não foi com a intenção de esconder os factos ao mundo. O jornal rio-grandino considera que a revolta precisava de estalar perante «os sofrimentos que pareciam intermináveis e que agora cessarão.»

Muito prudentemente, sublinha que, mesmo com «o triunfo completo da Monarquia», as coisas têm de mudar: Portugal necessita, porém, de expurgar «o país

dos elementos que perturbam a sua tranquilidade». A redação acrescenta:

Se por outro lado a causa republicana é, ali, uma realidade, ao novo governo cabe igualmente o direito e o dever de separar o trigo do joio, definindo assim as posições dos homens da atualidade e fazendo com que o país amigo entre, quanto antes, na vida normal, depois de um largo período de desequilíbrio, vacilações e dores.

As causas da revolta são sobre conhecidas. Que se pode aditar à verdade das coisas é que a revolução foi precipitada pelos últimos acontecimentos, mesmo os violentos, como por exemplo o assassinato do Dr. Miguel Bombarda.

Naquele número, encontram-se telegramas breves e fragmentários, sem qualquer comentário. São menos fantasiosos do que os dos dias anteriores, embora surja ainda alguma notícia pouco fiável, como aquela que afirma haver «um grande bombardeamento» em Lisboa, com centenas de pessoas fuziladas. Outro exemplo é um despacho de dia 10, segundo o qual Cândido dos Reis tinha morrido em combate.

Na mesma data, o jornal publica a reportagem do correspondente do *Daily Chronicle*, enviada de Vigo, na qual se narram os combates entre as tropas fiéis à monarquia e os revolucionários entrincheirados na Rotunda, bem como a revolta a bordo do navio *D. Carlos*, que passou para o lado dos republicanos. Além disso, fala da morte de Miguel Bombarda e do destino do jovem rei:

Coincidência curiosa: D. Manuel nasceu no dia em que, proclamando-se a República no Brasil, o seu parente, o imperador D. Pedro II, era deposto pelo marechal Deodoro da Fonseca; e, agora, é ele apea-do do trono português quando se acha em Lisboa, e como seu hóspede, o marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro.

* * * * *

A partir de 10 de outubro, o jornal limita-se, na sua maioria, a transcrever curtos despachos sobre a situação em Portugal, o reconhecimento do novo regime, os comentários da imprensa europeia e a família real. Publica também notícias sobre alguns dirigentes republicanos, como Teófilo Braga e Manuel de Arriaga.

Não nos deteremos nesses telegramas, limitando-nos a referir os raros comentários publicados, bem como as reações da comunidade lusa no Brasil a esta viragem da história portuguesa.

Embora, com o passar dos dias, as notícias claramente falsas diminuam sensivelmente, não desaparecem por completo. O caso mais flagrante é um pequeno artigo publicado a 18 de outubro, que anuncia a morte de França Borges, supostamente ocorrida durante um combate travado no Palácio das Necessidades⁵⁷.

Justamente a 10 de outubro, temos um primeiro comentário assinado por Persio. Em preâmbulo, escreve

⁵⁷ O jornalista e político França Borges (1871-1915), diretor de *O Mundo*, órgão oficioso da esquerda republicana, morre em Davos-Platz, na Suíça, onde se encontrava internado num sanatório para tratamento da tuberculose.

que o Brasil não tem a ver com o tipo de regime que governa Portugal. A seguir afirma que este país vai perder as colónias: China vai recuperar Macau, a Inglaterra — «o seu amigo *urso* de todos os tempos» — certas colónias, como Diu, Damião e Goa e provavelmente Moçambique:

Assim Portugal, como a Espanha, ficará reduzido ao continente europeu, e com algumas ilhas que aderiram à República: Madeira, Açores e Cabo Verde.

Está proclamada a República, mas também contra quem tem havido combates, e que centenaes de pessoas têm sido fuziladas para maior glória dos vencedores; centenaes de mães, viúvas e órfãos estão de luto, e regando, com lágrimas, a árvore da liberdade, plantada por aqueles que assassinam em nome da democracia, como D. Miguel mandava enforcar os *malhados*⁵⁸ em nome do absolutismo.

O autor traça um paralelo pouco fundamentado — assente, nomeadamente, numa descrição manifestamente exagerada da violência republicana — entre a repressão que atribui aos republicanos e a levada a cabo por D. Miguel contra os liberais, estabelecendo uma equivalência que não tem em conta as diferenças de contexto, de natureza e de escala entre os dois episódios históricos.

A 15 de outubro, o mesmo jornalista publica na primeira página um extenso artigo bastante crítico para

⁵⁸ Designação depreciativa dada pelos miguelistas aos liberais ou constitucionais durante as guerras liberais (1828-1834).

com a nova república que começa com uma afirmação bastante irónica:

Está proclamada a República em Portugal e o governo provisório começou muito bem. Quem ler o seu programa, lançado aos quatro ventos, julgará que o velho Portugal está convertido em uma pipa de mel, em poder do povo arvorado em cardume de moscas.

Entre os objetivos do PRP, o jornalista menciona as liberdades fundamentais, e nomeadamente a liberdade de consciência, de imprensa e de expressão, que, na sua opinião, estão em total contradição com a perseguição aos padres e às freiras e «com as execuções sumárias de pessoas que pensam de modo diverso em política e em religião.»



Fig. 30: Postal, provavelmente de 1910, onde se encena uma suposta resistência armada de religiosos católicos contra a República.

Persio cita a seguir os ataques aos conventos, a procura de armas, supostamente escondidas pelos religiosos nos subterrâneos. Ele condena veementemente esta série de atos e atitudes anticlericais, ridiculizando os autores e os dirigentes republicanos:

Ora, se os religiosos se esconderam, é porque são perseguidos como lebres pelas matilhas de galgos; logo, é clara que não estão hostilizando a República.

E para que os procuram? De certo não será para lhes darem doce.

O que achamos original é a perseguição contra mulheres que vivem nos seus conventos, cantando as suas litânias à Virgem, sem se importarem com a tempestade que ruge nas ruas de Lisboa; o que nos faz crer que o governo provisório, receoso de um golpe restaurador praticado por aquelas terríveis amazonas de escapulário e de ripanços, mandou prender as que, já de pernas trôpegas pelo atrito dos janeiros, não puderam dar sebo às canelas diante dos bravos que as perseguiam. Assim mesmo agarraram 200, que foram recolhidas presas ao arsenal da marinha; e entre essas, algumas feridas pelo cacete dos heróis.

O jornalista ataca duramente a decisão de confiscar os bens da família real deposta, ironicamente definida como projeto «luminoso pela alta filantropia». Em contrapartida, elogia a decisão do governo provisório brasileiro de 1889, por ter concedido uma pensão vitalícia a D. Pedro II, que este recusou.

O autor estabelece um paralelo histórico desproporcionado com as proscritões da Roma antiga.

Recorda que, no tempo de Sula⁵⁹, essa prática atingiu proporções particularmente violentas, sugerindo que a perseguição aos adversários políticos ou religiosos em Portugal segue a mesma lógica repressiva:

Se D. Manuel tem fortuna, foi herdada do seu pai, assassinado pelos Buíças⁶⁰. A fortuna de D. Amélia, parte provem da herança dos seus pais e parte deve ser o produto da economia da sua dotação. Assim também deve ser a origem da fortuna que porventura possa ter a rainha D. Maria Pia. O governo provisório português, confiscando os bens, pratica um roubo, e praticando-o, semeia ventos que mais tarde podem produzir tempestades.

No fim do artigo, volta a criticar a expulsão do clero regular, considerando-a incompatível com o princípio republicano de liberdade de consciência.

E para onde os mandarão? Para as ilhas de Vanikoro⁶¹, ou para a Terra do Fogo?
Se o governo português expulsa os sacerdotes e as freiras, é porque julga ser crime o fato de adorarem um Deus que julgam estar no céu, em

⁵⁹ Sula (138–78 a.C.) recorre às famosas proscrições após a sua vitória na guerra civil (82–81 a.C.), mandando executar numerosos adversários e confiscando os seus bens.

⁶⁰ Refere-se a Manuel Buíça (1876–1908), um dos dois regicidas identificados que assassinaram o rei D. Carlos e o príncipe real D. Luís Filipe em Lisboa, a 1 de fevereiro de 1908. Ambos foram mortos no local do atentado pelas forças de segurança.

⁶¹ As ilhas de Vanikoro são um pequeno arquipélago das Ilhas Salomão, no Pacífico Sul.

vez de adorarem os *deuses* da terra que dispõem dos raios partidos da boca do canhão e das carabinas.

Quem sabe? Talvez pretendam restaurar o culto da deusa Razão. Há tantos Robespierres e Chaumettes neste mundo...

A comparação é manifestamente desmesurada. Ao evocar Maximilien de Robespierre (1758-1794) e Pierre-Gaspard Chaumette (1763-1794), o autor associa a política anticlerical do Governo Provisório português aos excessos da *Terreur* jacobina (1793-1794).

O jornal volta a abordar este tema três dias depois. Na sua opinião, embora a expulsão das congregações não autorizadas e a proibição do uso da batina não venham a provocar problemas, porque «Portugal não é fanático», o mesmo não acontecerá com a separação entre a Igreja e o Estado. O Portugal rural, onde a Igreja exerce um predomínio espiritual absoluto, está longe de estar preparado para uma lei dessa natureza:

Portugal, onde o sentimento religioso só é comparável em intensidade ao sentimento pátrio, não está preparado para uma tão profunda transformação, e ou o governo provisório adia os planos que são principalmente do programa político do Dr. Teófilo Braga, ou prepara desde já uma situação crítica que o impopularizará e provocará necessariamente represálias.

Encontrámos um derradeiro comentário na edição de 21 de outubro sobre a futura Assembleia Constituinte. Na opinião do jornalista rio-grandino, o

novo regime português «só poderá ser uma República parlamentar, mais ou menos semelhante à francesa». Quanto à união ibérica, preconizada, no entender do articulista, por Teófilo Braga e Magalhães Lima, não beneficia de grande apoio no PRP: «a maioria do partido republicano sempre repeliu esses planos.»

* * * * *

As páginas do *Eco do Sul* permitem igualmente acompanhar algumas reações locais aos acontecimentos ocorridos em Portugal, entre as quais a de um grupo de alunos da Escola de Guerra de Porto Alegre, que envia um telegrama ao Governo Provisório a 7 de outubro:

Ao ínclito e benemérito governo, representado na personalidade magnânima de Teófilo Braga, regaço das tradições de Benjamin Constant, saudamos pela vitória da liberdade finalmente implantada no seio materno da pátria lusitana.

A 10 de outubro, o diário rio-grandino publica uma breve nota sobre o Sr. Manuel Maria dos Santos Pinto, sargento do exército português em 1891, quando rebentou a malograda revolução republicana na Cidade Invicta. Depois de ter sido degredado em África, fixou residência em Porto Alegre.

As manifestações de apoio multiplicam-se igualmente noutras cidades brasileiras. O jornal transcreve um despacho do Rio de Janeiro onde, na véspera, os republicanos portugueses aí residentes

organizaram uma «imponente *marche aux flambeaux*⁶²», agitando as bandeiras portuguesas e brasileiras⁶³. O mesmo acontece a 10 em Belém em frente ao Centro Republicano Português daquela cidade. Na capital, dois dias depois, vão ao Catete «em ruidosa manifestação», pedir ao presidente da República que o Brasil reconheça a República Portuguesa. Sobre este acontecimento, podemos ler o seguinte despacho, publicado a 13 de outubro:

Manifestação

RIO, 12 (*Manhã*, do serviço telegráfico do *Eco do Sul*):

– Na manifestação de ontem, no Catete, falou o engenheiro Otávio Carneiro, que foi quem pediu ao presidente da República o pronto reconhecimento da República Portuguesa.

Teixeira Mendes Sobrinho leu uma mensagem no mesmo sentido.

O Dr. Nilo Peçanha, respondendo, disse que o Governo está-se entendendo diplomaticamente com a República Portuguesa.

O presidente da República adiantou que nenhuma nação precederá o Brasil nesse sentido.

Regressando do Catete, os manifestantes contornaram a estátua de Pedro Álvares Cabral ao som da *Marselhesa*.

A redação do jornal publica, a 13 de outubro, uma nota em que explica os seus esforços para fornecer

⁶² Desfile à luz dos archotes.

⁶³ *Eco do Sul*, 10 de outubro de 1910, p. 2.

aos leitores as informações sobre o que se passa em Portugal:

Somos poucos amigos de fazer reclamo em torno do nosso labor⁶⁴.

Entretanto, não podemos deixar de dizer ao povo do Rio Grande, informado pelo *Eco do Sul* do que ocorre presentemente em Portugal, que o nosso serviço tem sido o mais completo, pois, para tanto, os nossos correspondentes telegráficos têm ordens francas, não só agora, como mesmo nas épocas normais.

O nosso amplo, vasto e circunstanciado serviço telegráfico estende-se por dez e quinze cartas diárias do Telégrafo Nacional e algumas do Submarino, não permitindo que, em torno das notícias que nos chegam, façamos literatura presuntuosa, nem dando tempo a que avancemos ao serviço telegráfico dos jornais de Bagé para impingi-las como legítimas... de casa...

Acresce que muitas pessoas, consideradas membros da colônia portuguesa, e outras, têm vindo ao escritório do *Eco do Sul* inteirar-se do que ocorre. Então, fornecemos-lhes os inúmeros originais dos telegramas que nos chegam e que estão às ordens de todos aqueles que quiserem, com mais pressa, travar conhecimento com os últimos sucessos.

Entre as pessoas que frequentemente vêm ler os nossos muitos telegramas no original, temos tido o prazer de ver o apreciável Sr. Dr. de Sampaio Garrido, digno cônsul de Portugal neste Estado.

⁶⁴ «Não gostamos de enaltecer o nosso trabalho.»

A notícia mais desenvolvida diz respeito, porém, à fundação do Centro Republicano Português de Rio Grande. A 15 de outubro, o jornal insere um convite dirigido aos republicanos portugueses residentes na cidade, informando-os da realização de uma reunião no domingo, dia 16, na casa do Dr. Belmiro Pegas:

Para tratar-se da definitiva organização deste grémio e para resolver a maneira mais digna de comemorar o advento da Lusa República, o fato mais estupendo da nossa História, que, libertando Portugal para sempre da tutela nefasta da nobreza e do jesuitismo, instituiu na Pátria querida o governo do povo pelo povo.

Na segunda-feira, dia 17, a folha rio-grandina apresenta um relato desta reunião, à qual assistiram 53 homens. O novo grémio político recebeu a designação de *Centro Republicano Português*, tendo a data da proclamação da República gravada no seu escudo social. Entre os seus artigos principais podemos citar o 5.º:

São seus fins principais:

A propagação, por todas as formas, das ideias republicanas; confraternizar com os patriotas que ainda professam ideias contrárias, procurando educá-los nos sãos princípios da democracia; ser com esses tolerantes, como é de índole do nosso povo e em observância aos ensinamentos dos bravos mestres a quem hoje estão entregues os destinos da Pátria, não dando, porém, tréguas às instituições monárquicas e jesuíticas, por considerarmos aquela completamente inadaptável à geração contemporânea e estas um voraz flagelo que vem, de séculos em séculos,

estiolando os povos que procuram embrutecer,
para do obscurantismo extrair a seiva das suas
vidas de miséria.

Quase no termo da assembleia, foi nomeada uma comissão para organizar «entusiasticamente o advento da República» e aberta uma subscrição para angariar fundos para esse fim. Seguiu-se um brinde com «doces e líquidos» na sala das refeições; trocaram-se brindes, um dos quais em honra do *Eco do Sul*.

A 21 de outubro, duas pequenas notas informam, por um lado, que, em Montevideu, estudantes e membros da colónia portuguesa organizaram um grande banquete, e, por outro, que o Grande Oriente Argentino e todas as lojas maçónicas daquele país enviaram telegramas de felicitações à Maçonaria Portuguesa pela vitória da causa republicana e pela atitude do Governo Provisório na questão religiosa.

Assinalamos, por fim, um documento do Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro, dirigido aos portugueses residentes na capital do Brasil⁶⁵. Trata-se de um texto muito moderado. Na primeira parte, refere-se aos republicanos lusos, «abrigados pela generosa hospitalidade brasileira e protegidos pelas leis liberais desta República», por vezes vítimas, antes da queda dos Bragança, de agressões pessoais por parte de «dementados patriotas, cegos de espírito».

Os republicanos portugueses já não querem, agora, «lutas estéreis» entre republicanos e monárquicos «nascidos na mesma terra». Cada um deve trabalhar pela grandeza de Portugal e do Brasil:

⁶⁵ *Eco do Sul*, 25 de outubro.

Certamente que isso não representa a abdicação das ideias políticas de cada um. O monarquista português sincero é, para nós, tão respeitável como o republicano ardente e entusiasta. Mas que cada português se examine conscienciosamente a si próprio e se decida como patriota e como cidadão.

O texto, após ter enumerado algumas decisões do Governo Provisório como a expulsão dos frades e a restituição ao Estado dos bens «de que a coroa indevidamente se apoderara», termina afirmando que, em três meses, «a limpeza estará feita»: Portugal marchará então para o futuro, guiado «pela divisa inscrita na sua bandeira — ordem e trabalho.»

Breve nota final

O 5 de Outubro de 1910 suscita reações na imprensa europeia e nos grandes jornais do continente americano. Neste estudo, verificámos que o *Eco do Sul* publica sobretudo notícias sobre a Revolução Republicana, mas nenhum editorial dedicado a esta viragem da história portuguesa. Realçamos o facto de os despachos telegráficos afixados diante da redação fazerem do jornal um verdadeiro centro de informação para os habitantes da cidade.

Encontrámos apenas quatro comentários. Os dois primeiros são extremamente críticos: o jornalista rio-grandino censura as novas autoridades de Lisboa, que proclamam as liberdades, mas adotam medidas drásticas

contra o clero. Critica igualmente a confiscação dos bens da família real. Em ambos os casos, recorre a comparações históricas manifestamente desproporcionadas e descontextualizadas.

A 18 de outubro, censura de novo esta política contra o clero regular e sustenta que a futura Lei da Separação, para a qual o país — em especial o mundo rural, profundamente religioso — não está preparado, suscitará fortes reações.

O quarto comentário debruça-se sobre o regime que será aprovado pela futura Assembleia Constituinte. Na opinião do articulista, Portugal adotará um sistema muito semelhante ao da III República Francesa. Acrescenta ainda que a grande maioria dos republicanos portugueses não deseja a União Ibérica.

Na última parte deste estudo, apresentámos algumas informações sobre as reações dos portugueses residentes no Brasil. Merece especial destaque o documento do Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro. Ao contrário da retórica mais inflamada dos primeiros dias, nomeadamente em Portugal, termina com um apelo à concórdia entre republicanos e monárquicos portugueses.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



ISBN: 978-65-5306-143-9